

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE** -----

----- No dia 21 de Janeiro de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto, na qualidade de Presidente em exercício, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e pelo Excelentíssimo Senhor Engº Feliciano Marques Martins da Cruz David, respectivamente Primeira Secretária e Segundo Secretário. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves,

Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Proa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, João Gordo Martins, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Rui Manuel Santos Matos Alves, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Sérgio Rui Lopes Cintra, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Pedro Miguel Alves Amaro, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco as Silva, Vasco Luís Almeida Antunes, João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Fernando Pereira Duarte, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por 2 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Marques. -----

----- Isabel de Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Justificou faltas a seguinte Deputada Municipal: -----

----- Diana Barroso Soares (PS), relativamente à reunião realizada no dia 14 de Janeiro de 2003. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Tendo falecido o Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, João António Gonçalves do Amaral, eleito pelo PCP nas listas da coligação “Amar Lisboa”, entrou em sua substituição o membro do mesmo partido que se seguia nas referidas listas, Rodolfo José Caseiro. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a presente Sessão Extraordinária, que tinha como ponto único: -----

----- **Perguntas sobre matérias relativas às freguesias.** -----

ORDEM DO DIA

----- **PONTO ÚNICO – PERGUNTAS SOBRE MATÉRIAS RELATIVAS ÀS FREGUESIAS.** -----

----- **O Senhor Presidente** informou que, conforme consensualizado na Conferência de Líderes, esta Sessão seria conduzida com base no artigo 25º do Regimento. Aliás a Conferência de Líderes realizada em Novembro de 2002 já tinha definido o modo como decorreria o debate, que se iria processar com perguntas feitas pelos Grupos Municipais, por ordem decrescente, tendo o Sr. Vereador Pedro Pinto informado na Conferência de Líderes que a Câmara responderia a cada uma das perguntas que fossem formuladas pelos Grupos Municipais, prosseguindo o debate dentro dessa norma regimental. -----

----- Avisou, ainda, que esta Sessão não poderia ter prolongamento ou uma segunda reunião, e teria a duração máxima de 5 horas. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao PSD, por três minutos, para formular a pergunta. -

----- **O Deputado Municipal Fernandes Marques (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito, no uso da palavra disse que a pergunta que ia colocar à Câmara tinha a ver, em primeiro lugar, com a sua freguesia mas tinha a ver, sobretudo, com a Cidade de Lisboa. -----

----- Tratava-se da Quinta do Narigão, um espaço com uma área de 10 hectares que em tempos foi local de existência de casas abarracadas que foram demolidas já há mais de 10 anos, na sequência do realojamento das famílias que aí viviam. -----

----- Numa área contígua situava-se o chamado Parque de Alvalade que tinha também 10 hectares, que foi recuperado há cerca de 3 anos pela Câmara anterior, que, aliás, em seu entender fez lá um bom trabalho embora faltasse uma pequena área de apoio aos frequentadores do parque, mas cuja resolução pensava estar em curso. Portanto a Quinta do Narigão era a continuação normal desses 10 hectares de área verde que agora esperavam recuperação. -----

----- De acordo com o PDM essa era uma área verde, portanto não iria haver ali construções nem especulação imobiliária, mas era desejável que houvesse a recuperação desse espaço com a utilização de equipamentos de utilização colectiva, nomeadamente para a prática desportiva e também instalações de apoio aos utentes daquele espaço. -----

----- Ou seja, eram 20 hectares de área verde que a Câmara podia vir a dispor desde que os 10 hectares da Quinta do Narigão comessem a ser recuperados, até porque ao lado estava a Quinta da Bela Vista, e esse espaço seria um espaço que como era evidente que não seria só para a Freguesia de São João de Brito. Aliás, podia dar uma notícia interessante e agradável: é que na Freguesia de São João de Brito, que era uma freguesia a envelhecer, começava a haver crianças, portanto seria bom que pudessem recuperar esse espaço verde para que essas crianças, daqui por dois ou três anos, com os seus familiares os pudessem utilizar. -----

----- Disse, ainda, que esse espaço da Quinta do Narigão teve já dois projectos de recuperação: um no tempo do Dr. Jorge Sampaio, que não foi avante; e outro no tempo do Dr. João Soares, que apesar de ter sido anunciado que seria apresentado publicamente em meados do último ano de mandato, o certo é que não foi. -----

----- Mas o facto desse projecto não ter sido apresentado não significava que não houvesse já estudos, porque eles existiam. Havia estudos, nomeadamente sabiam que

havia colectividades e federações desportivas que estavam interessadas em instalar-se lá se tal viesse a ser considerado pela Câmara para promoverem a prática desportiva, mas aquilo que pensavam é que era fundamental que se começasse a dar início a um processo de apreciação das propostas ou dos projectos que pudessem existir, por forma a que em breve aqueles 10 hectares pudessem estar ao serviço da população de Lisboa, ao serviço das pessoas que trabalhavam em Lisboa mas não viviam na cidade, e também das escolas e dos estudantes que não vivendo em Lisboa frequentavam a cidade. -----

----- Até porque, pela via da recuperação desses espaços públicos poderiam estar a contribuir para que finalmente Lisboa deixasse de perder habitantes. Recordava-se que quando veio estudar para Lisboa a cidade tinha 850.000 habitantes e hoje tinha apenas 550.000, isto é em 40 anos perdera 300.000 habitantes, e se queriam chamar habitantes para Lisboa teriam que efectivamente aproveitar as potencialidades que a cidade oferecia. -----

----- Portanto perguntava à Câmara o que pensava fazer, e quando, para começar a recuperar e a qualificar esses 10 hectares de espaço verde. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder à pergunta, disse que a Quinta do Narigão foi objecto de alguns estudos no passado, ele próprio tivera oportunidade de percorrer esse espaço, situado, como se sabia, por baixo de Parque José Gomes Ferreira que estava relativamente bem cuidado e era desfrutado pela população, e efectivamente havia a ideia de dar continuidade a essa parte baixa do parque, a chamada Quinta do Narigão, com espaço verde e algum equipamento de recreio, lazer ou de desporto. -----

----- Disse, ainda, que teve oportunidade de confrontar as propostas oriundas dos serviços, parte delas traduzindo expectativas do exterior, nomeadamente algumas delas vindas de entidades ligadas ao desporto, e justamente estavam agora numa fase de tentar compatibilizar os anseios da população com as perspectivas mais técnicas ou sociais dos serviços por forma a que, no mais curto espaço de tempo possível, se pudesse apresentar uma proposta para dar continuidade à reabilitação desse espaço. ---

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para formular a segunda pergunta do PSD, disse que a sua questão tinha a ver com o Largo do Intendente, zona que muitas vezes tem sido objecto de notícias devido aos problemas que ali se vivem, desde a insegurança até à já tradicional prostituição, e também, ultimamente, devido aos problemas da toxicodependência, tráfico de droga, assaltos e furtos, associando-se a tudo isso o problema do estacionamento desordenado, a deficiente intervenção a nível da higiene urbana e a degradação do espaço urbano e dos imóveis aí localizados. -----

----- O problema, segundo disse, colocava-se também a nível da segurança porque no próprio local funcionava um centro de saúde, e nomeadamente o posto de vacinação, onde as jovens mães tinham que acorrer diariamente com os seus filhos e eram recebidos no átrio da entrada por toxicodependentes com as seringas em punho. -----

----- Esse problema, que era um problema da zona central da cidade, tinha sido muitas vezes objecto de ideias, de propostas e de sugestões. Lembrava que uma das primeiras

ideias para recuperação daquele espaço surgira ainda no tempo em que a Câmara era presidida pelo do Dr. Jorge Sampaio, que foi renovada depois aquando da presidência do Dr. João Soares, mas o problema vinha sendo agravado nos últimos tempos, fruto do que se passara na Curraleira e no Casal Ventoso que fez com que os toxicodependentes acorressem a essa zona da cidade, mas estava certo que a Câmara sabia da situação e teria propostas concretas para evitar que essa situação de insegurança se mantivesse. -----

----- Portanto, o que pretendiam saber da Câmara era para quando a retirada das camionetas daquela zona, para quando a implementação da recuperação daquele espaço da zona central da cidade, e a garantia de segurança dos cidadãos que lá viviam e por lá tinham que transitar. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sofia Bettencourt**, no uso da palavra para responder à pergunta, disse que a questão da insegurança na zona do Intendente era um problema gravíssimo a que a Câmara estava atenta e a desenvolver todos os mecanismos ao seu dispor para o resolver no mais curto espaço de tempo, da forma que vier a ser entendida como necessária. -----

----- Só que o problema era vasto! Implicava uma intervenção urbana e uma intervenção social, para além da intervenção da polícia. -----

----- Neste momento tinham a acompanhar o caso, quer a Polícia Municipal, quer a PSP, ambas com relatórios detalhados que iam fazendo chegar à Câmara, como também estava em marcha um grupo de trabalho para estudar, do ponto de vista global, uma intervenção no espaço. Mas sobre isso ainda não tinham dados. -----

----- Era óbvio que esta situação na zona do Intendente resultara do que ocorreu na Curraleira e no Casal Ventoso, era um problema que surgira mais agudizado a partir de 2001, mas a Câmara estava atenta e queria resolvê-lo no mais curto espaço de tempo. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para responder à parte da pergunta relacionada com a higiene urbana, disse que a questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos era efectivamente complicada, e do ponto de vista da higiene urbana tratava-se de um dos “cantinhos” de Lisboa complicados que a Câmara tinha para resolver. Não só pelo grande fluxo das cargas e descargas e pelas muitas árvores que ali havia, mas principalmente e acima de tudo pela falta de civismo dos munícipes. De facto, faziam-se as necessidades no meio da rua, proliferavam a prostituição e a toxicodependência, e os recursos da Câmara eram escassos. -----

----- Mas, para tranquilizar os Deputados Municipais em geral e o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos em particular, referia que a Câmara tinha um concurso aberto para 250 funcionários para a limpeza urbana, e neste momento já tinha autorização do Sr. Presidente da Câmara para poder integrar cerca de 150 trabalhadores nessa área. Obviamente a zona do Intendente seria uma das primeiras a merecer a atenção da Câmara, porque, de facto, estavam de acordo que se tratava de umas das zonas mais cinzentas e escuras da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou ao Sr. Vereador Pedro Feist para quando estava prevista a retirada das cargas e descargas do Largo do Intendente, já que essa era uma questão essencial para o início da resolução do problema. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que, de facto, tratar a cidade por “cantinhos”, fossem eles urbanos ou sociais, nunca dera bom resultado. Aliás, a experiência mais recente do Casal Ventoso era bem demonstrativa desse facto. -----

----- O que desejavam que fosse esclarecido, de acordo com as promessas feitas pelo Executivo, era quando poderia a cidade contar com uma política coerente em relação à toxicodependência, uma política clara sem qualquer medo das palavras, por exemplo quando começava a Câmara a pensar na implementação de uma sala de injeção assistida como um primeiro sinal para enfrentar, como devia ser, os problemas da toxicodependência na cidade e não continuar a tratar a cidade da forma como vinha sendo tratada a esse nível. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos questionara, em termos globais, a reestruturação ou aquilo que existia, em termos camarários, para o projecto do Largo do Intendente. -----

----- Tratava-se de uma matéria que várias vezes viram aflorada na comunicação social, designadamente pelo Executivo camarário, pelo que certamente iriam ali ouvir hoje os planos que existiam para a sua recuperação, visto que ainda nada havia sido dito sobre isso. -----

----- Portanto o que pedia era que a Câmara desse a conhecer os projectos que havia porque era uma boa altura para isso, e que também na área do social, dado que pela comunicação social vinham tendo diversas novidades sobre essa matéria, a Câmara as desse a conhecer, designadamente sobre as novas casas que estavam a fazer já que nada sabiam. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por referir que ia falar do que estava programado, como plano municipal, para a prevenção da toxicodependência, em termos de cuidados primários, secundários e terciários. -----

----- Disse, então, que existiam várias estruturas na Cidade de Lisboa, entre as quais duas a nível da Administração Central: o SPTT e o IPDT. Essas estruturas foram extintas e deram origem a um novo instituto, o Instituto da Droga e Toxicodependência – IDT, pelo que muita da política da Câmara teria que ser articulada com a Administração Central. -----

----- Foram montando um plano em articulação com as Juntas de Freguesia, com o Gabinete de Prevenção de Toxicodependência que já existia na Câmara e com as estruturas que estavam no terreno que eram apoiadas pela Câmara Municipal. Mantiveram os subsídios, foram acompanhando toda a acção desenvolvida no terreno e montaram esse plano que estava neste momento a ser finalizado em estreita ligação com o ITD. -----

----- Esse plano municipal de acção para inclusão dos toxicodependentes e dos sem-abrigo, era um instrumento estratégico que tinha como objectivo criar respostas a todos os problemas de toxicodependência e de exclusão social, nas suas diferentes formas, na Cidade de Lisboa, e seria constituído por três vertentes a nível da prevenção: primária, secundária a terciária. -----

----- A nível da prevenção primária, iriam começar por uma intervenção na comunidade, que neste momento estava praticamente concluída e que iriam iniciar de imediato, que se chamava Programa Intervir. Esse programa passava por uma estreita ligação com as Juntas de Freguesia, que para o efeito foram todas contactadas, e neste momento já entraram 20 projectos no seu Gabinete, ou seja, já havia 20 Juntas de Freguesia disponíveis para colaborar com a Câmara. Também todas as IPSS e ONGs estavam a ser contactadas para colaborarem com a Câmara nesse programa que, como referira, tinha como objectivo a prevenção primária. E passava exactamente por terem um centro de aconselhamento e orientação de jovens, por um núcleo de informação e documentação, por um núcleo de apoio e aconselhamento, por um núcleo de teatro e de intervenção educativa e por um núcleo de formação. -----

----- Neste momento tinham já em marcha um núcleo de intervenção social no Alto do Lumiar, tinham um projecto de formação que estava direccionado a todos os eleitos locais que quisessem receber formação através do Gabinete de Prevenção da Toxicodependência, e estavam também a lançar um projecto de prevenção no meio escolar com o objectivo de formar todos os agentes de educação, em termos dos ATLS e professores do 1º ciclo do ensino básico, auxiliares de educação, etc., que se chamava Programa Formar para Conviver. -----

----- Por outro lado, tinham um outro projecto que seria implementado na próxima semana, que se chamava Projecto Crescer a Brincar, que seria desenvolvido em todos os ATLS e que passava exactamente pela sensibilização da problemática da toxicodependência. -----

----- Tinham também um projecto de promoção de desenvolvimento psicossocial e afectivo, que passava também por uma estreita ligação às famílias, e um outro a implementar, chamado Prevenção na Família, que era dirigido a encarregados de educação e pais. -----

----- A nível da prevenção secundária, disse que a iam alargar a toda a cidade, ainda que, como era evidente, incidindo nos locais mais problemáticos que neste momento estavam a ser diagnosticados, e a nível da intervenção na rua iriam ter equipas diurnas e nocturnas, em colaboração com as Juntas de Freguesia e com as instituições que acabara de referir, que seriam enquadradas em projectos dirigidos às zonas mais problemáticas tendo como objectivo determinados segmentos da população, designadamente os arrumadores de carros, as prostitutas e os sem-abrigo. -----

----- Em termos de acolhimento e encaminhamento, disse que tinham os centros de abrigo e os centros de acolhimento, e também dois gabinetes de apoio aos toxicodependentes, um na Quinta do Lavrado na zona oriental, e outro na zona ocidental da cidade, e nesses centros de acolhimento seria feito o diagnóstico e o encaminhamento para unidades de desintoxicação e comunidades terapêuticas. Não

eram apologistas que as pessoas se perpetuassem no tratamento da metadona, entendiam que a Administração Central tinha muitas camas protocoladas, portanto todas as pessoas que tivessem vontade deveriam ser encaminhadas para tratamento, pelo que iriam apostar no tratamento e na recuperação dos toxicodependentes. -----

----- Quanto à prevenção terciária disse que, como era sabido, ultrapassava aquilo que era possível a Câmara executar em termos de tratamento, mas estavam em estreita ligação com o IDT com a finalidade de conseguirem encaminhar o maior número possível de pessoas para tratamento e posterior reinserção profissional. E este programa pressupunha o quê? Qualificação profissional, emprego e apoio à habitação.

----- Continuando, disse que em 2002 conseguiram recuperar algumas pessoas, mesmo em termos de sem-abrigo, tinham já cerca de 15 ex-toxicodependentes em residência assistida que eram acompanhados pela equipa de psicólogos clínicos e outros técnicos que a Câmara tinha a trabalhar na área da toxicodependência, pelos técnicos dos sem-abrigo e também por duas assistentes sociais. Eram pessoas que já conseguiram reinserir-se socialmente, algumas delas, através do Programa Residência Assistida, conseguiram encaminhá-las para o rendimento mínimo garantido e outras estavam a tentar encaminhá-las para o mercado de trabalho. -----

----- Por outro lado, em termos de investigação, neste momento já havia sido aprovado em reunião de Câmara um subsídio para se fazer um estudo exaustivo, através de uma Universidade, do problema da toxicodependência na Cidade de Lisboa para que soubessem exactamente os locais mais problemáticos e as faixas etárias com maior incidência. -----

----- Portanto, este era o programa que neste momento estava praticamente pronto para ser implementado, esperando-se apenas luz verde do IDT porque, como se sabia, a nova administração havia sido empossada há muito pouco tempo e teria que ser um programa articulado com a Administração Central. -----

----- Relativamente aos sem-abrigo, disse que nos cinco centros de abrigo que a Câmara apoiava tinham 627 camas protocoladas mas era necessário, em função do último levantamento feito, alargar o número de camas para os sem-abrigo na Cidade de Lisboa, e desde logo ficara programada, em termos do Plano de Actividades e Orçamento, a construção de pelo menos mais um centro de pernoita para os sem-abrigo. Entretanto, com a vaga de frio que surgira ultimamente na cidade, a Câmara sentira necessidade de montar uma estrutura provisória, que vinha adaptando de acordo com os condicionalismos do tempo, e assim ia conseguindo dar resposta à maioria das pessoas já que a algumas delas era muito difícil tirá-las da rua. -----

----- Neste momento, segundo disse, havia obras em curso no Beato, concretamente na Rua Garcia Leandro, para a abertura urgente dum centro de abrigo, o que contava viesse a acontecer dentro de três semanas, e se se conseguisse encontrar um espaço contíguo a esse para um novo centro concentrariam esses dois equipamentos na mesma zona, porque senão teria que alargar a outra zona da cidade. -----

----- Sobre o que o Deputado Municipal Dias Baptista referira que tinha ouvido na comunicação social, disse que esta iniciativa, que começara por ser uma iniciativa com carácter provisório, acabara por se alargar porque a Câmara, a nível da Acção

Social, não podia deixar aquelas pessoas na rua. Aliás, aproveitava a oportunidade para agradecer aos técnicos da Câmara porque realmente a autarquia mobilizara-se, bem como toda a população da cidade e várias instituições. Neste momento conseguiram já enviar quatro toxicodependentes para tratamento, e muitos deles, que eram jovens, estavam também com muita vontade de serem encaminhados para a reinserção. E aproveitava esta situação para dizer aos Presidentes de Junta que, se quisessem colaborar com a Câmara e eventualmente necessitassem de algumas dessas pessoas que eram válidas e que acompanhadas poderiam prestar um óptimo serviço em termos de limpeza e outras tarefas, estaria disponível e tinha até muito gosto que fossem um dia consigo visitar esse centro, que amanhã mesmo contava mudar para Alcântara porque o Pavilhão Carlos Lopes não estava nas melhores condições. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, em resposta à pergunta feita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, disse que a Câmara pensava ter operacional, no final do 1º trimestre do próximo ano, a central de mercadorias de Calvanas e aí poder acolher as camionetas que paravam no Largo do Intendente. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, antes de formular a primeira pergunta do PCP, disse que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa elencara ali diversos projectos e programas na área da toxicodependência, e desejava dizer que se conseguissem realizar 50% daquilo que foi referido já seria extraordinariamente positivo. Mas porque a Sra. Vereadora ao referir-se ao novo centro de acolhimento do Beato falara na Rua Garcia Leandro, não conhecendo essa rua na freguesia desejava que explicasse mais concretamente o local onde era. -----

----- Por outro lado, desejava também dizer à Sra. Vereadora que nesta altura havia dois centros de acolhimento na Freguesia do Beato, mais um centro de prevenção à toxicodependência, portanto eram 800 pessoas com casos problemáticos que diariamente frequentavam a freguesia, e pretendia alertar para mais um foco de problemas que se queria arrastar para lá, pelo que era preciso que se tivesse em atenção que estavam a concentrar só num único local da cidade esse tipo de problemas. -----

----- Passando à pergunta, disse que na apreciação da parte do Plano de Actividades relativa ao desporto, tornara-se mais que evidente não existir qualquer projecto definido para a cidade. A Câmara destruíra os programas e projectos que já existiam, por exemplo os “Jogos de Lisboa”, o “Lisboa Cidade Desportiva”, as “Escolas e Escolinhas Municipais de Desporto”, os “Jogos do Futuro”, os “Centros Mulheres em Movimento” e “Correr contra o Racismo”, não apresentando projectos alternativos a esses, assim como não previa o desenvolvimento de outras actividades, tais como gímnicas, aquáticas, andebol, basquetebol, atletismo, ténis-de-mesa, voleibol, xadrez e futebol. Portanto, a Câmara Municipal de Lisboa, em relação apoios às colectividades, decididos num debate em que haviam participado as freguesias e as próprias colectividades, tratara da questão à moda antiga, ou seja, mandava quem decidia. -----

----- Disse, depois, que o trabalho da Câmara, no último semestre de 2002, concretizara-se pela inexistência de actividade desportiva, já que o Pelouro do

Desporto apenas tinha tido como objectivo a liquidação de todos os projectos que vinham sendo desenvolvidos nos últimos doze anos. -----

----- De facto, a Câmara, ao acabar com os Jogos de Lisboa, não teve em consideração os efeitos negativos que tal decisão traria à cidade. Bastava considerar que a falta de ocupação dos jovens fazia com que muitos deles enveredassem por situações de marginalidade, o que originava que Lisboa fosse uma cidade onde as pessoas se sentissem cada vez mais inseguras. -----

----- Disse, ainda, que ao continuar a actual política a Câmara estava a cavar um fosso cada vez maior no sentido de afastar os jovens dos hábitos desportivos, o que certamente teria reflexos negativos a nível social. Estavam a remeter os jovens para a inactividade e a retirar-lhes o direito à prática desportiva. -----

----- A terminar, disse que apesar dos prejuízos que essa situação já ocasionara na Cidade de Lisboa, entendiam que a Câmara ainda estava a tempo de aceitar o diálogo e avançar com projectos que visassem o benefício da população da cidade em geral e dos jovens em particular, pelo que perguntavam: -----

----- Qual o projecto desportivo que a Câmara tinha para a Cidade de Lisboa, que permitisse à população da cidade, nomeadamente aos jovens, uma actividade continuada? -----

----- Quais os critérios que a Câmara ia adoptar quanto aos apoios a atribuir às colectividades? -----

----- Estaria a Câmara disponível para cumprir com o estipulado na Carta Municipal de Equipamento Desportivo, assinada e aprovada em 1997? -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que o Deputado Municipal Joaquim Cunha teimava em insistir na questão que a Câmara não tinha neste momento projectos desportivos para a Cidade de Lisboa, quando no dia 18 de Dezembro de 2002, ele próprio, em conferência de imprensa, anunciara as linhas mestras dum projecto desportivo para Lisboa, e desse mesmo documento fizera chegar cópia a todos os Grupos Municipais. Só no início desta reunião tivera conhecimento, pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, que o PCP não tinha recebido esse documento, o que lamentava porque de facto havia-o enviado a todos com um cartão pessoal. -----

----- No entanto, ao PCP e a outros Grupos Municipais que eventualmente não tivessem recebido, faria chegar nova cópia desse documento, chamado “Cidade Activa”. -----

----- Disse, depois, que se os Deputados Municipais do PCP pensavam que tinha assumido o Pelouro do Desporto, por delegação do Presidente da Câmara, para continuar a política desportiva que vinha sendo seguida pela sua colega Vereadora que na anterior Câmara era responsável por esse Pelouro, naturalmente enganaram-se porque cada um tinha o direito a ter a sua opinião sobre as funções que tinha que desempenhar. A sua opinião não era coincidente com a da sua colega e daí as profundas diferenças sobre essa matéria. -----

----- Em relação às prioridades do desporto na Cidade de Lisboa, disse ser seu entendimento que os capitais municipais deveriam ser prioritariamente encaminhados

para as infra-estruturas. Muito mais para as infra-estruturas, que era o que perdurava, e muito menos para o desporto espectáculo, para o desporto que dava retratos mas que eram acontecimentos efêmeros. Daí ter apoiado e sustentado todo o seu programa nessa questão. -----

----- Relativamente aos Jogos de Lisboa, disse que essa questão fazia parte duma das medidas que estavam incluídas no seu programa, mas começava-o com os equipamentos e instalações desportivas, depois com o apoio às competições e eventos, seguidamente o apoio às instituições e, por último, as actividades desportivas de génese e origem camarária. -----

----- Portanto privilegiava, mais do que a sua colega fez – e aí tinham também divergências – as federações e associações como entidades que tinham a obrigação de encabeçar o desporto em todas as suas modalidades, e muito menos directamente as actividades com colectividades. Privilegiava também, e fundamentalmente, a relação inter-camarária, por razões práticas e financeiras. Desde logo a razão prática entre os Pelouros do Desporto, da Educação e dos Assuntos Sociais, nos quais citava apenas como exemplo o PLAYGYM nas escolas primárias que seria prolongado para outras zonas, o desporto para idosos, os chamados Seniores, e também para o apoio ao desporto dos deficientes. -----

----- Isso fá-lo-ia de acordo com a Vereadora Helena Lopes da Costa, com quem em breve seria estabelecido um protocolo de cooperação para aproveitar as sinergias camarárias, quer dum lado, quer do outro, e fundamentalmente os dinheiros municipais que não se pretendiam duplicar nas suas aplicações. -----

----- Disse, ainda, que para a realização daquilo que o PCP ainda chamava os Jogos de Lisboa, mas a que ele chamaria as Festas da Cidade, não estavam excluídos os eventos desportivos na cidade. O que estava excluído, terminantemente, era a contratação de técnicos que custavam à Câmara, anualmente, algumas centenas de milhares de contos porque passariam a fazê-los através dos diversos protocolos com os clubes, federações e associações, os quais como contrapartida à cedência de terreno, aos apoios logísticos e aos apoios técnicos que a Câmara dava, cederiam à Câmara professores, monitores e outros peritos desportivos que colaborariam com a Câmara e designadamente com as Juntas de Freguesia. -----

----- Tudo isso, de resto, se encontrava espelhado no documento, que mais uma vez pedia desculpa por não ter chegado à mão do PCP, onde efectivamente poderia ser encontrada essa colaboração estabelecida com as federações, associações e clubes desportivos. Citava, por exemplo, o Sporting que neste momento tinha já disponibilizados 10 técnicos para funcionarem com as Juntas de Freguesia, como também a Federação Portuguesa de Andebol que disponibiliza uma dúzia de técnicos para o mesmo fim, e, ainda, a Federação Portuguesa de Basquetebol, a Federação Portuguesa de Atletismo que disponibilizava também uma quantidade enorme de técnicos perante a hipótese da Câmara vir a construir com ela uma pista coberta de atletismo no Estádio Universitário. -----

----- Desde logo isso evitava que a Câmara tivesse que contratar técnicos profusamente e com grandes custos, e sobretudo viriam para a Câmara técnicos

credenciados dentro de cada uma das modalidades que na realidade configurariam e assegurariam uma boa relação entre a Câmara, as federações, as associações e os clubes que eram os principais agentes desportivos da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que no tocante ao Jogos de Lisboa não estava em causa a questão do nome, porque chamar-se Jogos de Lisboa, jogos desportivos ou outra coisa qualquer para o PCP era indiferente. O que estava em causa era verificar-se que de Junho a esta parte não existia nenhuma relação entre a Câmara Municipal e as colectividades de cultura e recreio da cidade. Ou seja, estavam há oito meses sem que as colectividades de Lisboa tivessem qualquer actividade orientada, com o acompanhamento técnico como acontecia anteriormente, porque era isso que fazia falta aos jovens da cidade. -----

----- Quanto à afirmação de que a Câmara gastava centenas de milhares de contos em técnicos na área do desporto, disse que era uma questão que gostava de ver especificada, porque já numa determinada altura o Sr. Vereador ali havia referido que na LIS-Desporto havia fugas, erros com o dinheiro e coisas que tal, ele próprio tinha pedido, por requerimento, uma informação concreta em relação a essa matéria, e o facto é que essa informação ainda não lhe tinha sido dada. -----

----- Portanto, reiterava o pedido feito em relação à LIS-Desporto, e pedia que também fosse especificada a afirmação agora feita quanto às despesas com os vencimentos dos técnicos de desporto. -----

----- Acerca da afirmação que as federações, associações e clubes, incluindo o Sporting, iriam disponibilizar técnicos, perguntou se essas instituições passariam a ser entidades beneméritas para a Câmara ou para a cidade. Certamente que não e, por isso, desejava saber também quanto custariam esses técnicos à Câmara. -----

----- Em relação ao desporto espectáculo, disse que os Jogos de Lisboa eram actividades de Bairro. Por exemplo, se o Sr. Vereador fosse à Freguesia do Beato na altura dos Jogos de Lisboa verificaria que cerca de duas centenas de jovens se movimentavam diariamente na zona, e hoje era a Junta que com grande esforço ia procurando que isso não acabasse porque tinha medo que esses jovens entrassem na marginalidade. Contudo, era impossível a Junta continuar a manter essa situação se não houvesse por parte da Câmara a tal disponibilidade técnica que os miúdos necessitavam. -----

----- É que os miúdos não podiam hoje praticar desporto à balda, como alguém numa recente reunião disse que se faziam grupos informais na rua ou nos prédios para fazerem equipas. Eles agora tinham que ser acompanhados, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista psicológico. Aliás, a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa colocara essa questão, e bem. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, depois de referir que também o PS não tinha tido acesso ao documento que o Sr. Vereador referira, disse que depreendera da intervenção do Sr. Vereador que havia uma nova concepção relativamente à política desportiva na cidade, no que concerne especificamente aos Jogos de Lisboa, que passava por

descentralizar a responsabilidade do acesso ao desporto pelos munícipes para as associações e federações. Estariam, portanto, segundo percebera das palavras do Sr. Vereador, perante um *out sourcing* da organização desportiva. Ou seja, a Câmara abdicava de, como no passado, incumbir directamente pessoas individuais, técnicos seus ou contratados, e passava a encarregar as federações e associações da responsabilidade de organizarem a oferta desportiva aos munícipes. -----

----- Era uma concepção política do Sr. Vereador, legítima com certeza por força do mandato que recebera, mas que levantava algumas questões. Nomeadamente importava saber em que medida o objectivo que estava subjacente aos Jogos de Lisboa – e também subjacente à sua intenção que era a universalização do desporto – seria conseguido dessa forma. Ou seja, sendo as federações e as associações a organizar, e estando elas vocacionadas, em primeira linha, para a representação dos interesses dos seus associados que são os clubes federados, em que medida estava assegurado no documento que o Sr. Vereador elaborara e entregara, o acesso dos munícipes às competições organizadas por esses clubes, e, por outro modo, em que medida é que os clubes não federados não estariam excluídos dessa oferta. -----

----- Mas fazia a ligação a outra questão: estava em voga, e era defendida actualmente por centros de decisão do poder político, a devolução de determinadas matérias à sociedade civil, e a questão que colocava era se não seria preferível que em vez de se fazer a devolução desta responsabilidade às federações e associações se fizesse a devolução à sociedade civil representada por colectividades, por clubes federados, por associações, pela própria Câmara e também por pessoas voluntariadas para esse efeito. Ou seja, conseguir a Câmara instituir uma organização dos Jogos de Lisboa, ou do acesso ao desporto, de uma forma mais abrangente que não apenas restrita aos clubes federados. Era essa a observação que deixava, sob reserva de não conhecer o documento que lhes enviara. -----

----- **O Sr. Vereador Pedro Feist**, novamente no uso da palavra para prestar esclarecimentos, disse que o Deputado Municipal António Cunha referira as colectividades de cultura e recreio, que certamente pertenciam à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, que teriam sido aquelas que até agora tiveram menos audição por parte do Pelouro do Desporto. De facto, confessava que existia alguma verdade nisso até porque as colectividades englobadas nessa federação praticavam actividades que diziam respeito ao Pelouro Social e, eventualmente, ao Pelouro da Cultura. Estavam a discutir no Pelouro do Desporto qual era o epicentro de toda essa actividade, mas esse assunto não estava posto de lado de maneira nenhuma. -----

----- Só que esse não era o problema do desporto na Cidade de Lisboa. Podia dizer que só para levantar o problema do desporto na cidade, desde Junho se fizeram mais de 450 reuniões com clubes, com Juntas, com federações, com associações, com iniciativas colectivas de privados, enfim, reuniões de todo o tipo. E essas reuniões conduziram ao aparecimento, em Novembro/Dezembro, de um pacote relativamente extenso – e pedia também desculpas ao PS por não ter esse documento em seu poder – onde estavam incluídas as Juntas de Freguesia e todas as entidades que foram

contempladas com apoios da Câmara depois de levantadas as necessidades, quer do ponto de vista de equipamentos, quer do ponto de vista das actividades desportivas, sendo certo que qualquer uma delas seria vigiada pela Câmara, e pelas Juntas também, e que qualquer uma delas seria objecto de um relatório final a partir dos contratos programa e das suas actividades desportivas. -----

----- Quanto aos números da LIS-Desporto, disse que não os tinha presentes mas iria pedir à Vereadora do Pelouro das Finanças uma cópia do relatório apresentado pela empresa que fizera a auditoria à LIS-Desporto e posteriormente a faria chegar à Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente aos técnicos contratados, com os quais não renovara os contratos, disse que custavam à Câmara cerca de 30.000 contos/mês, ou seja 360.000 contos/ano. -----

----- Sobre a pergunta se as federações e associações eram instituições de beneficência, disse que não, que não eram! Mas era preciso que se tivesse em linha de conta que se a Câmara se prontificava a dispensar terrenos, reparar sedes, arranjar novos equipamentos desportivos, etc., tinha também o direito de pedir contrapartidas nesses contratos de cedência, e essas contrapartidas, obviamente, eram contrapartidas desportivas. Ou seja, a Câmara cedia os terrenos, melhorava as sedes, os campos, fazia todas as benfeitorias necessárias, e do outro lado vinha o *know-how* necessário para ajudar a Câmara do ponto de vista desportivo. Isso naturalmente passaria pelas Juntas de Freguesia, como passaria por um programa desportivo da cidade. -----

----- Lembrava, aliás, que a Junta de Freguesia do Beato já tivera ocasião de fazer com a Câmara um protocolo tripartido para reparação dum dos campos desportivos da área da freguesia. Isso era um exemplo da cooperação da Câmara na possibilidade de recuperação e renovação para uma melhor oferta de equipamento desportivo aos cidadãos. -----

----- Essa, portanto, era a grande prioridade que constantemente sublinhava. -----

----- Passando à intervenção do Deputado Municipal João Pinheiro, disse que gostara do termo *out sourcing* para as soluções desportivas porque era um bocado isso a lógica global do desporto/consistência. -----

----- Mas a questão era que mesmo esse *out sourcing* nunca poderia ser feito sem o acompanhamento do Pelouro do Desporto. E não podia porque não era *ad-hoc* que pediam à Federação Portuguesa de Ginástica que fizesse ginástica nas escolas! Teria que ser através dum protocolo como o que a Vereadora Helena Lopes da Costa fizera em relação ao PLAYGIM, ou através de outro tipo de protocolos com o Lisboa Ginásio, com a Federação de Atletismo e muitas outras instituições, o que permitia fazer esse *out sourcing* mas controlado pela Câmara e de acordo com as necessidades manifestadas pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Quanto à questão filosófica de qual era o papel da Câmara no desporto – matéria que se dispôs a discutir com o Deputado Municipal João Pinheiro e outros mais que o desejassem – disse que era saber se a Câmara era motora do desporto ou deveria ser complementar, e seu ponto de vista era que a Câmara era complementar no desporto, como, aliás, também lhe pareceu emergir das palavras do Deputado

Municipal João Pinheiro quando perguntara quem tomava conta daqueles que não estavam federados. -----

----- Ora, esse era o público/alvo para que tinham que olhar! Não os inscritos nos clubes, nas associações, nas federações, os abrangidos pelos protocolos escolares, etc. Eram aqueles que estavam à volta, ou seja, os incapazes de praticar desporto oficialmente, os que estavam no fim do ensino secundário a depois se seguiria a faculdade ou não, porque tinham aí um período muito grande em que se não fossem ocupados poderiam cair na tentação de entrar na droga e noutras coisas. Eram também os veteranos, enfim, todos aqueles que funcionavam ao lado do desporto organizado. Era para esses que a Câmara tinha que promover desporto mas não substituir-se às instituições que tinham obrigação de o promover. -----

----- Portanto, era nessa configuração que pretendia organizar os Jogos de Lisboa ou como se lhe quisesse chamar, sem embargo de privilegiar sempre a relação com os profissionais do desporto, aqueles que tinham obrigação formar atletas, desenvolvê-los e levá-los até à alta competição. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** solicitou ao Sr. Vereador Pedro Feist que o livro Cidade Activa para além de ser enviado aos líderes e à Mesa da Assembleia Municipal fosse também enviado às Juntas de Freguesia, já que tinha havido alguma manifestação nesse sentido. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra para formular a segunda pergunta do PCP, disse que, como era do conhecimento de todos, o protocolo para as pequenas reparações em habitações particulares, assinado e praticado durante os três mandatos anteriores, fizera com que muitas famílias fossem beneficiadas, na sua maioria idosos e com reformas baixas, passando a viver com um pouco mais de dignidade e ao mesmo tempo fosse melhorado o parque edificado nas freguesias com grandes manchas de casas antigas. Através desse protocolo conseguira-se, muitas vezes, resolver os impasses entre senhorios que recebiam rendas muito baixas e os inquilinos com fracos rendimentos, juntando as partes interessadas e dividindo os custos dessa mesma intervenção. -----

----- Disse, depois, que o novo Executivo camarário entendera não descentralizar verbas e competências nessa essa área com o argumento que os senhorios é que deviam fazer as obras, apesar de se saber, como se sabia, que uns não as faziam porque recebiam rendas baixas e não tinham condições para fazer as obras e outros porque estavam mais interessados em deixar cair para que depois pudessem rentabilizar os espaços. Aliás, foi por todas essas dificuldades que se sentira necessidade de fazer esse protocolo nos mandatos anteriores. -----

----- Referiu, ainda, que havia sido dito que a Câmara ia criar as brigadas de intervenção rápida para resolver pequenos problemas nas habitações camarárias, e também nas particulares em casos socialmente preocupantes, como as casas arrendadas a preços baixos por senhorios que não tinham capacidades financeiras para realizar essas obras. -----

----- Mas, a propósito, pretendia dizer que quando os inquilinos das casas camarárias solicitavam obras à Câmara eram muitas vezes enviados para a Junta que através do protocolo as ia resolvendo, e no que dizia respeito aos particulares não tinha conhecimento que alguma situação tivesse sido resolvida até ao momento, incluindo aquelas que eram encaminhadas pela Junta de Freguesia, o que demonstrava que o tal protocolo era necessário porque essas situações seriam resolvidas como eram as dos bairros sociais. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara, em Junho passado, aquando da assinatura dos protocolos, referiu que os mesmos não eram documentos acabados e que em Setembro, quando se voltasse a discutir essa matéria, se poderia rever a situação podendo inclusive serem feitas adendas ao mesmo, o que, porém, não veio a acontecer, tendo por isso os Presidentes de Junta consciência que a não existência desse protocolo no ano de 2002 foi bastante prejudicial às freguesias já que as pequenas reparações que ficaram por fazer trariam mais valia à qualidade de vida que todos queriam para a cidade. -----

----- Portanto, a pergunta que fazia tendo em conta a importância desse protocolo para a recuperação da habitação nas zonas antigas da cidade para dar mais um pouco de qualidade de vida e dignidade às populações, era se o mesmo iria ser incluído nos protocolos para o ano de 2003. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra, começou por saudar a Assembleia por decorridos 12 anos voltar a realizar um debate desta natureza, porque era um grande estímulo para a Câmara, como certamente o seria também para a Assembleia Municipal e esperava que nos próximos anos tivessem todos um momento desta natureza para poderem tratar de assuntos muito específicos e concretos. Talvez no passado essa necessidade não se tivesse sentido porque desde logo tudo estaria bem, até mesmo o caso que passava a responder agora e que tinha a ver com o estado concreto da cidade. -----

----- De facto, muito do que estavam hoje a discutir, que tinha a ver com a recuperação em prédios particulares, prendia-se com o estado da cidade. Todos sabiam que a cidade chegara a um estado de degradação perto do incomportável, houve opções feitas no passado que já foram apresentadas e postas em cima da mesa como positivas, nomeadamente a erradicação de barracas e a construção de alguns bairros sociais, mas no que dizia respeito à recuperação era evidente que as soluções apresentadas andaram muito próximo do zero. -----

----- E a grande questão em que tinham que pensar, era se seria legítimo – não estava a dizer que não o viessem a fazer – que fossem recuperar primeiro os prédios dos particulares antes de se fazer a recuperação dos edifícios municipais. Pessoalmente tinha muitas dúvidas quanto à legitimidade dessa posição, desde logo porque agora essa era uma obrigação da actual maioria, como o tinha sido no passado da então maioria e não foi feita. -----

----- Mas mesmo tendo essas dúvidas, o Sr. Presidente vinha-lhe dizendo para fazer um grande esforço para ver se era possível encontrar-se um critério, um modelo, para que nos casos mais prementes se pudesse dar resposta às solicitações feitas pelas

Juntas de Freguesia. No entanto, tinha que confessar que tinha algumas dificuldades para encontrar uma forma para fazer a transferência desse pacote financeiro para as Juntas. -----

----- E isto porquê? Porque foi analisar o passado para ver qual o critério que existia para a transferência dessas verbas, e procurando em termos do número de eleitores por freguesia descobrira, por exemplo, que no intervalo entre 16.000 e 25.000 eleitores tinham a Ajuda que com 18.300 eleitores teve transferências no valor de 104.000 euros e Campolide que com 16.700 eleitores teve transferências de 104.000 euros, e depois tinham São Jorge de Arroios com 25.000 eleitores com transferência de 39.900 euros, um terço de qualquer das outras duas. -----

----- Mas depois foi procurar a outro universo para tentar fazer alguma comparação, e reparara que, por exemplo, a Lapa com 10.800 eleitores teve 5.000 euros de transferências, o Alto do Pina com 11.000 eleitores teve 7.500 euros de transferências, Alvalade com 10.000 eleitores teve 5.000 euros de transferências, e depois encontravam os Anjos com 10.700 eleitores e com 25.000 euros de transferências, os Prazeres com 8.500 eleitores com 59.900 euros de transferências, e poderia continuar essa relação. -----

----- Só que acontecia um dado, que era coincidência de certeza absoluta! É que todas aquelas que recebiam menos verbas estavam claramente inscritas nas Juntas de Freguesia que não faziam parte da anterior maioria. Certamente haveria muitos critérios e muitas coincidências, mas esse era um dado objectivo que não queria que em termos de futuro viesse a acontecer, pelo que gostaria que os Presidentes de Junta, agora que iam negociar os protocolos, desde já apresentassem aquilo que achavam que deveria ser um critério objectivo para a atribuição desse tipo de verbas. Porque não se podia dizer que não havia uma aposta na recuperação, já que se havia uma aposta, e aposta definitiva da parte do Executivo, era exactamente na recuperação e na reabilitação urbana, que em 2003 apontava para os 56 milhões de euros. -----

----- Aliás, para se ter uma ideia bastava reparar que a verba a que as Juntas faziam referência andara em 2001 na ordem do milhão e meio de euros, e a Câmara tinha para a recuperação e reabilitação urbana em 2003, como acabava de referir, cerca 56 milhões de euros. -----

----- Mas também seria bom que se dissesse que se pelas razões referidas não se fizera essa aposta em 2002, no caso da reabilitação dos edifícios municipais o crescimento da transferência para as Juntas foi superior a 50% em relação a 2001, e essa transferência era claramente uma aposta de que a Câmara queria primeiro tratar daquilo que era seu para depois poder prestar muita atenção àquilo que era da responsabilidade de terceiros. Mas, como referira, mantinham-se abertos sobre essa matéria, desde que encontrassem um critério objectivo, porque com um critério discricionário era muito perigoso deixar na mão de quem quer que fosse, poder decidir, em cada momento, se devia ou não dar uma transferência para as Juntas. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que as verbas gastas nas freguesias tinham a ver com cada uma das freguesias em si já que nem

todas elas eram iguais. Ou seja, havia freguesias que praticamente tinham a habitação toda recente enquanto que outras, nomeadamente as do casco velho da cidade, tinham a habitação muito antiga e degradada. Por exemplo, a sua freguesia tinha mais de 400 anos e a edificação mais de 200. Aliás, bastava dizer que nos últimos anos a grande obra realizada foi o abastecimento de água canalizada a mais de 300 famílias que em 1990 ainda a não tinham. E tudo isso foi feito através do tal protocolo para pequenas obras em casas particulares. -----

----- Por outro lado, havia também inúmeras habitações sem casas de banho, tinham apenas a chamada pia de despejos, e igualmente se fizeram as casas de banho a coberto desse protocolo. -----

----- Portanto, era natural que numas freguesias se gastasse mais dinheiro que noutras porque elas não eram todas iguais. -----

----- Quanto à possibilidade desse protocolo poder vir a ser novamente efectivado, disse que estava esperançado nisso até porque numa reunião anterior da Assembleia o Sr. Presidente da Câmara já havia dito que estava aberto a poder vir a assinar esse protocolo para 2003. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por dizer que uma vez que o Sr. Vereador Pedro Pinto saudara a Assembleia por ao fim de 12 anos estar a realizar um debate deste tipo, desejava retribuir saudando o Sr. Vereador, pelo menos em nome da sua bancada, porque julgara que eles lhes ia dizer que ao fim de 12 anos iriam continuar a ter, como o Sr. Presidente da Câmara já tinha dito na reunião anterior, esse mesmo protocolo e que o interregno de 2002 foi apenas um mero lapso de tempo para a Câmara avaliar aquilo que eram os resultados. -----

----- Disse, depois, que a avaliação que o Sr. Vereador pretendia fazer era uma avaliação que não colhia porque era tremendamente subjectiva. O Sr. Vereador tentara fazer ali um número no sentido de que quem ouvisse ficasse com a ideia que a anterior Vereação teve a intenção de dividir as freguesias em dois sectores: as freguesias de esquerda e as freguesias de direita, quando, na verdade, nada disso tinha acontecido. O que aconteceu, e acontecia como o Sr. Vereador se iria aperceber com certeza, era que havia umas Juntas que trabalhavam mais e outras que trabalhavam menos, e também havia no terreno uma diferença substancial muito importante que era haver freguesias onde as carências eram enormes, e pese embora o imenso investimento que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia fizeram ao longo dos 12 anos, os proprietários pobres não conseguiam fazer as obras necessárias para dar dignidade aos imóveis e sobretudo dignidade a quem neles habitava. -----

----- Por outro lado, os números que o Sr. Vereador apresentara também não colhiam porque as Juntas de direita que trabalharam tinham imensos protocolos e, sobretudo, não era possível comparar, por exemplo, uma Junta de Freguesia como Marvila, que para além de ter um enorme património edificado tinha também um enorme património municipal já que os bairros municipais aí existentes eram imensos. E falava em Marvila como podia falar na Ajuda, que até era a sua freguesia e consequentemente a conhecia bastante bem, mas como o Presidente da Junta já falara

não iria falar nela. No entanto, era evidente que comparar essas freguesias com São Jorge de Arroios não havia qualquer hipótese de comparação, e ainda menos com a Lapa. Isso só para rir. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que no passado fim-de-semana ruíra mais um prédio na Cidade de Lisboa. Isso não era novidade, não era a primeira vez que caíam prédios em Lisboa, era evidente que caíram muitas chuvas, era evidente que o prédio que caíra era de uma entidade privada, quando levantavam o problema na Assembleia Municipal pela anterior gestão foi-lhes sempre dito que era um problema das entidades privadas e da dificuldade que a Câmara tinha de intervir perante as entidades privadas. -----

----- Sempre concordaram na Assembleia Municipal que os prédios eram de entidades privadas, mas também sempre disseram que as entidades privadas não podiam pôr em causa duas coisas: as outras entidades privadas e os cidadãos que ao passarem na rua estavam sujeitos a levar com um prédio em cima. -----

----- Perguntava, por exemplo, aos Deputados Municipais da maioria se não teriam protestado de imediato se algum daqueles dois carros que foram destruídos pela derrocada do prédio fossem seus. -----

----- Portanto, era um problema de segurança da cidade, e os problemas de segurança na cidade eram problemas da Câmara Municipal de Lisboa, como igualmente era um problema da Câmara a gestão imobiliária da cidade. -----

----- Recordou que muitas vezes lhes foi respondido, na anterior gestão, que esses problemas eram complicados porque a contradição entre a gestão pública da cidade e a defesa dos interesses privados dos donos do imobiliário tornavam o problema difícil. Sempre havia sido prometida, como continuava a ser, a necessidade de se criar legislação rápida e eficiente para que a Câmara pudesse intervir perante esses casos, porque eram milhares os prédios que estavam emparedados em Lisboa, que tinham sido emparedados por uma questão de segurança para que não fossem habitação de toxicodependentes e quejandos. Só que, como estavam emparedados, tornaram-se ainda muito mais inseguros porque agora ninguém ia lá dentro ver como eles estavam e as águas iam-se infiltrando e se continuasse a chover era provável que continuassem a cair prédios porque agora nem sequer tinham vistorias já que estavam emparedados. -

----- A questão que se colocava, portanto, até porque o Sr. Presidente da Câmara era tão amigo e falava tantas vezes no Sr. Primeiro-Ministro, era se o PSD na Assembleia da República teria coragem, finalmente, para apresentar uma proposta que desse plenos poderes à Câmara para intervir no caso dos prédios devolutos da Cidade de Lisboa porque eram um perigo para os cidadãos e não faziam parte duma cidade moderna e nobre mas antes duma cidade estagnada e imóvel. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder aos esclarecimentos formulados, começou por responder ao Presidente da Ajuda dizendo que não tinha dúvidas que o dinheiro que foi transferido para as Juntas de Freguesia foi para fazerem obras. Que ficasse claro que não lhe passou pela cabeça – e esperava que não tivesse passado pela de ninguém – qualquer insinuação de outra natureza porque realmente isso não se punha. Embora ali tivessem sido levantadas questões

sobre as quais teriam que pensar, como, por exemplo, a quem competia a ligação de água na Cidade de Lisboa: isso competia à EPAL. Ou seja, a Câmara, com as dificuldades financeiras que tinha, não podia estar a gastar dinheiro dessa forma. -----

----- Em relação à intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista, disse que não quisera comparar coisas que não eram comparáveis. Segundo a argumentação do Deputado Municipal Dias Baptista o que acontecia era que haveria Presidentes de Junta que muito preocupados com os seus fregueses trabalhavam muito, e depois haveria outros que não tão preocupados trabalhariam menos, e depois ainda haveria a natureza das zonas, o que era verdade e a Câmara estava a tratar disso. -----

----- Por exemplo a Sé, como todos sabiam, “era uma zona nova, acabada de construir com certeza absoluta, com um Presidente de Junta que não liga nenhuma” e tivera zero, e até havia casos concretos, como por exemplo o Castelo “também uma zona que não tinha necessidade nenhuma”, mas o que era verdade é que também teve zero! -

----- Disse que teve o cuidado de referir Presidentes de Junta do PCP e do PS para que efectivamente dissessem se era um critério concentrar-se em meia dúzia de Juntas todas as transferências que eram feitas, e depois, por exemplo, verem a Sé com problemas dessa natureza e também as freguesias de toda a zona histórica a terem transferências praticamente diminutas. -----

----- Isso, no seu entender, não poderia obedecer a um qualquer critério. Não estava a dizer – que isso ficasse claro – que tinha havido intenção da parte dos Vereadores que estavam na anterior Câmara de fazer isso, mas também sabia que havia um dado objectivo que se passava ali, é que “quem não chora não mama”, e quem estivesse mais próximo da possibilidade de mamar, mamava mais. Só assim se podiam explicar as discrepâncias existentes, que eram enormes. -----

----- A alguns apartes ouvidos na Sala respondeu que sabia que a alguns isto doía muito, mas os números eram números e não mentiam. E o que a maioria de então conseguira fazer nesta matéria foi realmente uma distribuição de tal forma anómala que determinava que não houvesse qualquer tipo de critério. -----

----- Por isso dizia que se fossem todos capazes, e quando falava em todos era a Vereação, a Assembleia Municipal e os Presidentes de Junta, de encontrar um critério, por exemplo à semelhança do que encontraram para os ajardinados ou para os passeios ... -----

----- Respondendo a um novo aparte, disse: “olhe Sr. Presidente de Junta, é melhor nem falar, porque tem um acordo para os ajardinados com uma associação, que lhe leva mais barato do que recebe da Câmara, portanto é melhor nem se pronunciar”. -----

----- A um novo aparte que disse: “é mentira”, respondeu: “não é mentira porque disse-me o Senhor na cara, portanto é melhor não dizer que é mentira”. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para completar os esclarecimentos, aludindo à questão do Deputado Municipal Carlos Marques sobre os prédios devolutos, disse que tinha ouvido qual foi a posição do Executivo anterior, mas a do actual Executivo não era essa. A do actual Executivo era a de que a Câmara tinha tudo a ver com o assunto, fossem particulares ou não, e por isso mesmo ele próprio procurava estar antes ou quando aconteciam situações dessas nos locais, como

estivera agora na Rua Marquês Sá da Bandeira, que era uma situação complicada que tocava com vários prédios não só com o que caíra e, portanto, estavam hoje ainda a analisar a situação. Pedira um parecer ao LNEC, havia lá um edifício em propriedade horizontal que teve obras de recuperação há pouco tempo e que estava atingido pelo que se passara com os outros ao lado. -----

----- Era evidente que levavam em linha de conta o que foi referido quanto ao emparedamento, que não podia impedir a vistoria para a fiscalização periódica, mas era evidente também que o relacionamento que tinham que ter com o Governo obrigava, e tinha-o feito, a solicitar ao Governo e à maioria parlamentar a legislação necessária, nomeadamente na área do arrendamento, na área das sanções àqueles que deixavam degradar os seus edifícios sem intervenção para haver a possibilidade das entidades judiciais, ou administrativas, poderem aplicar esses normativos de sanção em relação a atitudes que fossem de censurar. Referira-o logo no início do mandato, a Associação dos Proprietários reagira dizendo que não deveria ser a Câmara mas os tribunais a julgar essas situações que constituíssem eventuais crimes, estava de acordo com isso porque num Estado de Direito Democrático pensava que deveria ser assim, mas era evidente que havia um poder de persuasão do Presidente da Câmara e um poder de intervenção da Câmara que procuravam fazer aplicar, mas havia legislação que não era aplicada! -----

----- Ainda agora, enquanto ouvia o debate, estava a trabalhar na intervenção da Rua da Madalena, como a que a Câmara iria fazer em muitos outros sítios chamando os proprietários e dizendo-lhes que tinham que agir imediatamente, porque se não agissem agiria a Câmara tomando outras medidas. Ele próprio e o Director Municipal da Segurança e Protecção Civil, disseram aos proprietários do edifício da Rua Sá da Bandeira que cumpriram a lei mas que eles teriam também que colaborar com a Câmara na recuperação dos prédios porque a Câmara não teria grandes disponibilidades para olhar com bons olhos a construção de novos edifícios no lugar de prédios propositadamente, ou às vezes parecendo como tal, degradados. Neste caso da Rua Sá da Bandeira não seria esse o problema porque os proprietários teriam adquirido o edifício apenas há alguns meses. -----

----- Portanto, era um facto que a Câmara estava em cima da situação, queria que o Governo legisse sobre o assunto, e pessoalmente já tinha falado com o Primeiro-Ministro sobre isso. Agora, quando se falava em intervir em prédios devolutos não se podia esquecer que eram centenas e que havia casos em que se a Câmara os mandasse abaixo estava a pôr os proprietários a sorrir. De facto, alguns prédios, como era o caso do Cinema Paris, estiveram 20 anos a degradar-se, agora a Câmara deitava-os abaixo e os proprietários até esfregavam as mãos. Portanto, deixar estar ou deitar abaixo era perigoso. -----

----- Por exemplo, na Av. da República a Câmara mandara segurar três fachadas em frente da Feira Popular, o que era uma intervenção difícilíssima porque a generalidade dos prédios estavam em condições tais que era muito difícil até sustentar as fachadas. -

----- Mas o que pretendia dizer era que em São Bento, na Graça, em Chelas, etc., a Câmara estava a intervir porque tinha tudo a ver com o assunto, fossem propriedades

privadas ou públicas. E, nomeadamente, como referira o Vereador Pedro Pinto no que dizia respeito aos fogos municipais na Rua da Madalena iam dar o exemplo, já que ao mesmo tempo que diziam isso aos particulares estava também a Câmara a recuperar. Por exemplo, na Rua do Alecrim, havia um prédio que era propriedade particular, de alguém que até tinha um cargo bem alto no Governo, mas a quem foi dito que ou faziam as obras ou a Câmara fazia-as e apresentava imediatamente a conta. -----

----- Portanto, a posição da Câmara era que tinha tudo a ver com o assunto mas queria que o Governo lhe passasse mais meios de intervenção e a maioria parlamentar também. -----

----- Quanto a amizades com o Primeiro-Ministro disse que estavam à parte: ou cumpria ou ouvia o que tinha para ouvir. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para defesa da honra, referiu que em duas reuniões seguidas foi apelidado de mentiroso, e por isso defendia a honra. -----

----- Disse que o Sr. Vereador Pedro Pinto sabia que tinha reunido consigo já quase há um ano, e nessa altura o que ele lhe disse foi que a gestão anterior da Junta tinha um acordo com “O Companheiro” mas que ele ainda não tinha feito a alteração com “O Companheiro” porque a Câmara ainda não tinha dito se ia ou não renovar os protocolos. -----

----- Verdade ou mentira, Sr. Vereador? Foi isto, não sou mentiroso! -----

----- Se o Sr. Vereador fosse agora saber, não estavam a trabalhar com “O Companheiro”. Mas a Câmara estava! Portanto, também não era crime nenhum, mas a verdade era essa. -----

----- Por outro lado, era Deputado Municipal há apenas um ano, mas entendia que havia termos que não deviam ser utilizados no Plenário, muito menos pelo Sr. Vereador. Termos como “mamar” e “mentirosos” entendia que não eram termos dignos para a Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta da Ajuda, no uso da palavra para defesa da honra, disse que o Sr. Vereador quase pusera em causa a questão das Juntas de Freguesia receberem o dinheiro e não o utilizarem nas respectivas obras. -----

----- Relativamente às ligações da água, disse que era óbvio que era a EPAL quem tinha obrigação de levar a água para a casa das pessoas, mas não era só nas casas pobres ou casas antigas que isso era feito, era em todas. A EPAL tinha o seu ramal e a partir daí o inquilino ou o senhorio é que tinham que pedir a puxada de água para as suas habitações e teriam que pagar à EPAL, já que a EPAL não metia a água de borla em casa de quem quer que fosse. -----

----- E era esse trabalho que a Junta fazia em conjunto com alguns dos senhorios, porque a maioria deles eram pobres, recebiam rendas baixas e não podiam fazer esse trabalho. -----

----- E se havia Juntas de Freguesia que não recebiam dinheiro para essa área, era porque elas não faziam os protocolos, porque eles não eram assinados por todas as Juntas mas apenas por aquelas que queriam assiná-los. -----

----- Por outro lado, as Juntas da Sé e do Castelo não tinham protocolos nessa área porque tinham protocolos para a área da reabilitação urbana. Portanto, havendo uma intervenção na área da reabilitação urbana nessas duas freguesias não havia necessidade que elas tivessem o protocolo para as pequenas reparações. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para um protesto, disse que a razão do seu protesto tinha a ver com a forma como o Sr. Vereador Pedro Pinto produzira a sua intervenção. Até ao momento a reunião vinha decorrendo de uma forma cordata, com pontos de vista que podiam ser discordantes, mas de uma forma elevada e o Sr. Vereador baixara imediatamente o nível. -----

----- Disse que a sua freguesia tinha fama de saber baixar o nível quando era preciso fazê-lo, mas não o fazia para não ficar ao nível do Sr. Vereador nesse aspecto. -----

----- Porque, utilizando a expressão que o Sr. Vereador utilizara “quem não chora não mama” foi essa a sensação que tinha tido quando negociara com o Sr. Vereador os protocolos que celebraram. Essa foi a sensação que teve! -----

----- Referiu, depois, que conforme ali tinha sido dito pelo Deputado Municipal Joaquim Granadeiro, nem todas as freguesias tinham protocolos porque não queriam. Estava-se a lembrar, por exemplo, do Alto do Pina que houve um ano que não quis e no ano seguinte já quisera. -----

----- Por outro lado, o Sr. Vereador tentara confundir reabilitação com pequenas obras, ao referir que tinham que reabilitar primeiro os prédios camarários, quando, na verdade, o protocolo de que estavam a falar era de pequenas reparações e não de reabilitação urbana, porque essa era outra questão. -----

----- Mas estranhava que o Sr. Vereador utilizasse uns dados e não utilizasse outros. Por exemplo, o Sr. Vereador utilizara: “tantos habitantes tem a Ajuda, levou tanto; tantos habitantes tem não sei quantos”! Porque era que não utilizava o outro que era do Sr. Presidente da Câmara? O Sr. Presidente da Câmara fizera uma conferência de imprensa onde referira assim: “estão tantos fogos degradados a cair em Lisboa – e deu uma listagem para a Lusa, que eu também tenho –”. Utilizara isso, estavam realmente alguns prédios em duplicado era certo, não era uma coisa exaustiva, mas já era melhor que estar a dizer que a Lapa tinha isto ou tinha aquilo. -----

----- Terminou aconselhando o Sr. Vereador a falar só do que sabia. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder às defesas da honra e ao protesto, disse que ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara nem lhe queria falar da Vila Teixeira porque entendia que não valia a pena estarem a falar sobre essas questões, já que ele não reconhecia. -----

----- Aludindo a alguns apartes, disse que ia pedir desculpa ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara porque estava habituado a um tom tão elevado da sua parte, na Assembleia Municipal, que hoje até admitia que se tivesse extravasado. Já lhe conhecia várias facetas, não lhe conhecia era que fosse tão sensível, tão borboleta, que tivesse sido afectado por um termo tão português como “quem não chora não mama”, que foi dito com a maior tranquilidade, sem pôr em causa ninguém. Tinha pena que isso tivesse sido entendido assim, porque não sentira que quando o Presidente da Junta

de Freguesia de Alcântara esteve consigo estivesse a chorar, e não percebera que lhe tivesse dado de mamar. Só percebera agora, depois da sua intervenção na Assembleia.

----- Sabia que alguns tinham um estilo muito próprio, mas a esses respondia-lhe mesmo à letra, que ninguém tivesse a mais pequena dúvida disso. E quando lhe iam para ali falar em elevar o nível do debate, teriam ficado muito chocados mas consigo ouviam tudo, e cada um tinha a credibilidade que tinha e falava com o nome que tinha. -----

----- Sobre a referência feita pelo Presidente da Junta de Carnide à questão do Companheiro, disse que a verdade era que discutira com ele porque ia transferir para a sua Junta um determinada verba que devia paga ao Companheiro, que seria pago pela Junta num determinado valor, e à Junta por um valor acima, e a resposta foi: “se isto não for feito desta maneira não estou interessado”. Isso comprovava que o Sr. Presidente de Junta pensava fazer com O Companheiro um valor mais baixo que aquele que era feito pela Junta, porque nem sequer percebia que onde havia instituições como O Companheiro, que realmente eram instituições que deviam ser apoiadas, havendo uma Junta que pudesse dar a essas pessoas um determinado tipo de trabalho, a razão porque não o fazia. -----

----- E porque gostava de falar claramente, dizia-lhe que nesse momento lhe dera esse protocolo por uma simples razão: porque estavam pela primeira vez a negociar protocolos, mas se houve casos que o chocaram na negociação dos protocolos foi esse. De facto, admitir uma Junta que pudesse receber “x” dinheiro para fazer um determinado trabalho, e quando a seguir ia ter uma relação com uma instituição de solidariedade social, pura e simplesmente admitia pagar menos do que a transferência que recebia. -----

----- Era a palavra do Sr. Presidente de Junta contra a sua, aceitava-a porque estava no direito de dizer o que quisesse. Mas também estava no direito de dizer que tinha sido assim que se passou, cada um ficava com a sua, cada um ficava com a imagem que tinha. -----

----- Quanto ao que foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, disse que não lhe tinha feito qualquer tipo de ataque. A única coisa que tinha dito foi que era a EPAL que tinha que fazer a ligação aos prédios e era aos senhorios, como era óbvio, que competia fazer esse pagamento. Neste caso pensava que teria sido um protesto e não uma defesa da honra, porque se tivesse sido uma defesa da honra desde já dizia que não teve qualquer intenção em ofendê-lo. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para apresentar a primeira pergunta do PS, começou por dizer que iria formular as duas perguntas que haviam indicado porque o Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, a que estava cometido fazer a segunda pergunta, não se encontrava presente por motivos de ordem profissional. -----

----- No entanto, desejava começar por se dirigir ao Sr. Presidente da Câmara e também ao Sr. Vereador Pedro Pinto, em matéria ainda relacionada com a resposta anterior, visto que essa questão estava manifestamente relacionada com a pergunta

que ia fazer e que tinha a ver com o Bairro 2 de Maio, um bairro municipal situado na Freguesia da Ajuda. -----

----- Referiu que já tinha sido explicitado ao Sr. Vereador, e julgava que ele teria percebido bem qual era a diferença de haver algumas Juntas de Freguesia que não recebiam protocolos. Primeiro, umas porque não queriam, e depois outras porque a Câmara entendera no critério que formulara que não deveria haver protocolos com Juntas que estavam inseridas em áreas que tinham Gabinetes de Reabilitação Urbana. Portanto, essa era uma das razões pelas quais a Junta de Freguesia da Sé não tinha, e até era presidida por um membro do Partido Socialista, o que provava, manifestamente, que não houve qualquer ideia de exclusão como na sua primeira intervenção o Sr. Vereador tentara fazer passar. -----

----- Passando à matéria da pergunta, disse que o Bairro 2 de Maio era um bairro neste momento municipal mas cuja génese inicial era dúplice, já que uma parte era de origem municipal e outra da antiga Fundação Salazar, e realmente tratava-se dum bairro carenciado, com imensas necessidades de obras. Aliás, aproveitava para perguntar se a Câmara podia informar como estavam a decorrer as empreitadas de reabilitação do bairro, que aparentemente estavam paradas, mas a questão central tinha a ver com o problema das fossas daqueles lotes, designadamente os mais antigos da ex-Fundação Salazar. -----

----- Na pergunta que faziam referenciavam concretamente os lotes 8, 17, 22 e 36, lotes onde, infelizmente, a situação neste momento era um perigo para a saúde pública. O Sr. Vereador escusaria de fazer a rábula do costume questionando o que tinham feito no passado porque o passado já lá ia, o que interessava era saber o que se iria fazer agora, porque neste momento esses quatro lotes começavam a pôr muito em causa a saúde dos moradores. -----

----- Designadamente podia garantir que em qualquer desses lotes a situação era de tal modo perigosa e catastrófica que a própria estabilidade dos imóveis começava a ser questionada. Num dos lotes, curiosamente, três dias depois de terem apresentado a pergunta apareceram lá uns técnicos da Câmara a fazer mais uns buracos, ou seja, o lote já tinha buracos e ficou com mais alguns porque não voltaram lá. A pergunta só servira para irem lá fazer buracos, mas isso era uma coisa que não se resolvia com buracos. -----

----- Disse, ainda, que o Grupo Municipal do PS iria dar também conta dessa situação ao Delegado de Saúde porque entendiam que teria que haver aí uma urgentíssima intervenção de saúde pública, mas a Câmara certamente lhes iria dizer hoje o que pensava fazer sobre essa matéria, já que não se tratava duma questão de ordem política mas sim de cariz social e de saúde pública. -----

----- Estavam em causa as famílias que moravam nesses quatro lotes mas começavam a ficar também as famílias dos lotes circundantes, e o Sr. Vereador Pedro Pinto se quisesse verificar isso no terreno concordaria que era uma verdade insofismável. -----

----- A segunda pergunta, um tanto mais abrangente, tinha a ver com a mesma preocupação: habitação e reabilitação, designadamente na Freguesia de São Paulo, freguesia que, curiosamente, foi muito visitada na pré-campanha eleitoral por todas as

candidaturas, designadamente pela candidatura de esquerda, também pelas candidaturas de direita, o Dr. Pedro Santana Lopes estivera lá, o Dr. Paulo Portas também por lá passara, até colocara um anúncio numa porta, anúncio que não sabia se ainda lá estava mas a obra estava na mesma. Portanto, actividade da Câmara em relação àquele imóvel, aliás como em relação a outros, zero. -----

----- Por conseguinte, da parte da Junta de Freguesia de São Paulo, o que queriam saber era se para além daquilo que já perceberam que a Câmara estava a fazer no terreno, e bem, que era visitar as freguesias, não questionavam se bem se mal não dando conhecimento às Juntas embora entendessem que para quem queria ter um bom relacionamento com os autarcas de freguesia era um mau procedimento, enfim, havia toda a legitimidade para cada um escolher a forma como queria gerir a coisa pública, mas a preocupação do PS era que independentemente das visitas, mais ou menos publicitadas, mais ou menos com muita comunicação social, era conhecer o que acontecia em termos de factos concretos. -----

----- Mas tinha que referir a dicotomia do discurso da Câmara Municipal, por um lado o Sr. Presidente da Câmara, e muito bem, com um discurso sempre pela positiva e, por outro lado, o Sr. Vereador Pedro Pinto, pedia desculpa por o dizer, com um discurso mais trauliteiro. Aliás, ousava até dizer que essa estratégia era uma estratégia encenada entre o Sr. Presidente da Câmara enquanto líder da equipa e a restante equipa onde o Sr. Vereador Pedro Pinto estava a fazer um papel importante em prol do bom desempenho do Sr. Presidente da Câmara. Entendiam isso, alguns dos presentes conheciam o Sr. Vereador Pedro Pinto há muito tempo e sabiam que esse seu jeito de dar o corpo ao manifesto tinha exactamente a função de propiciar que outrem pudesse retirar os dividendos. -----

----- No entanto, a preocupação do PS era que no final quem viesse a retirar dividendos fossem os lisboetas, para quem todos estavam a trabalhar. -----

----- A terminar, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, pediu-lhe que, por favor, em nome dos lisboetas lhes dissesse algo de novo sobre esta matéria. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder às perguntas que foram formuladas, disse que tinha que recuar um bocadinho no debate para, relativamente à questão das obras realizadas em casas particulares, referir ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara uma coisa que tinha a ver com a Vila Teixeira: é que na Freguesia de Alcântara não sabia se poderia existir algum imóvel mais degradado do que a Vila Teixeira. Neste momento tinham aquela questão complicada com os residentes da Rua da Fábrica da Pólvora, mas a questão que pessoalmente se lhe levantava, e já tinha conversado com o Sr. Vereador Pedro Pinto relativamente a essa situação, era qual o critério que seria seguido. É que não conseguia perceber como se estabeleciam as prioridades em freguesias com tanta habitação privada e degradada, de que a Vila Teixeira era um óptimo exemplo, e sendo que a verba a transferir era muito pequena as Juntas teriam que entender as dificuldades da Câmara em perceber como se estabeleciam as prioridades. -----

----- Aliás, os pedidos que chegavam à Câmara eram tantos que era muito complicado ao Executivo camarário tentar depois articular com as Juntas porque o montante das transferências era uma migalha se comparado com as necessidades, para além de por vezes se colocar a questão, em termos de justiça social, porquê esta e não aquela. Isto não tinha a ver com qualquer tipo de desconfiança, era apenas uma achega porque essa área era da sua responsabilidades, as situações apareciam-lhe no seu Gabinete e eram por vezes muito difíceis de ultrapassar. -----

----- Relativamente ao Bairro 2 de Maio, disse que apanharam algumas empreitadas em curso pelo anterior Executivo e neste momento continuavam a recuperação do bairro, mas tomara nota dos lotes que foram referidos como tendo problemas com as fossas, concretamente os números 8, 17, 22 e 36. -----

----- No entanto, pensava que a questão das fossas iria ser ultrapassada com as empreitadas que se seguiam, e em relação às quais passava a fazer o ponto da situação. Relativamente aos lotes 15 e 16, 29 e 30, 31 e 32, tinham as empreitadas completamente concluídas; os lotes 33 a 40 a empreitada já estavam em contrato no notariado para lançamento; a empreitada para os lotes 9, 10, 17, 18 e 19 já estava em lançamento no DAG; a empreitada para os lotes 21 a 27 já estava para autorização do lançamento do concurso; para o lote 8 havia também uma empreitada que tinha neste momento os orçamentos em elaboração na respectiva Direcção Municipal, que era uma empreitada que incluía a recuperação dos lotes 1 a 8 e do 11 ao 13. Portanto, era agora apenas uma questão de tempo. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder às perguntas formuladas, começou por se referir ao que foi dito pelo Deputado Municipal Dias Baptista dizendo que quanto ao “trauliteiro” nem sequer ficava ofendido até pela confiança que tinham os dois e pela eficácia que parecia ter demonstrado a intervenção, mas já o ofendia um bocado quando dizia que ele era guarda-costas do Sr. Presidente da Câmara porque lhe estava a proteger as costas desviando as atenções. É que já trabalhara com muita gente, mas tinha um Presidente que não precisava que ninguém fosse à tribuna antes dele. -----

----- Em relação ao Bairro 2 de Maio, leu o seguinte texto: “O assunto exposto na pergunta formulada pelos representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal, penso que, por lapso, é erradamente identificado como sobre as fossas existentes nos lotes. De facto, fossas são dispositivos de drenagem e absorção dos esgotos para o solo utilizados em edifícios que não têm ligações aos colectores públicos. No presente caso todos os lotes têm essas ligações, não se trata portanto de fossas. O que é apelidado de fossas são as caixas-de-ar, actualmente designadas por pisos técnicos, onde se encontra toda a rede de saneamento dos edifícios. Essa rede é constituída por diferentes caixas de visita e passagem de ramais de ligação entre as mesmas e entre o edifício e a rede de colectores existentes na via pública. O principal problema reside no estado geral de degradação da rede interna, situada na caixa-de-ar, agravado por problemas de concepção inicial de todo o traçado de colectores que provoca um mau escoamento dos mesmos. Devido a esse mau escoamento e às roturas

existentes nas caixas-de-ar, são as mesmas inundadas de detritos apresentando-se algumas com altura considerável dos mesmos”.

----- Isto para referir que concordava inteiramente com a intervenção quanto ao problema que tinham naquele bairro, neste momento.

----- Quanto ao pedido para que não viesse com a lengalenga do passado, disse que não vinha com a lengalenga do passado mas era evidente que não estavam a falar dum problema que se prendesse com uma fossa porque se fosse uma fossa teria uma resolução relativamente fácil. Estavam a falar dos lotes dos edifícios da ex-Fundação Salazar, portanto tinham a noção do tempo de que estavam a falar e do estado de degradação que ao longo do anos se veio verificando, portanto as intervenções que vinham sendo feitas, porque já o anterior Executivo camarário de tempos a tempos procurava ir atenuando o problema, e era o mesmo que estava a ser feito agora. Neste momento, uma primeira intervenção de urgência de modo a providenciar a limpeza e a reparação das situações mais graves no interior das caixas-de-ar, mas mais importante que isso, era a conclusão – que não era de agora – do estudo de reconversão de toda a rede de colectores que vinha sendo feita do passado.

----- E quando fazia referência a isso fazia-o por três razões: uma primeira para dizer que esse estudo já existia; uma segunda para dizer que continuava a ser seguido porque não era um problema de solução fácil, aliás se fosse fácil de certeza absoluta já teria sido feito, e era evidente que aproveitando um estudo que já vinha do passado teriam mais condições que as que existiram na anterior Vereação para resolver esse problema; e uma terceira que seria uma intervenção posterior nas caixas-de-ar dos edifícios de uma maneira sistemática e generalizada.

----- Portanto, como o Deputado Municipal Dias Baptista referira, e bem, era um problema complexo, ao que acrescentava e de resolução muito difícil porque se a limpeza das caixas poderiam fazê-la mais uma vez, a resolução do problema definitivamente era muito complexa.

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por se dirigir ao Sr. Vereador Pedro Pinto dizendo que não o quisera ofender até porque a relação de confiança que tinham os dois permitira-lhe usar aquele termo porque sabia que não iria ser ofensivo. Mas longe de si ter procurado induzir a ideia de que o Sr. Vereador Pedro Pinto actuava como guarda-costas do Sr. Presidente da Câmara. Aquilo que tinha pretendido dizer, se calhar não conseguira expressar-se bem, era que o seu voluntarismo resultava, óbvia e objectivamente, num benefício para a actuação do Sr. Presidente da Câmara.

----- Em relação às respostas dadas, agradeceu-as e disse que, afinal, se calhar estas sessões eram bem mais importantes que aquilo que julgavam. Se calhar poderiam ser um excelente instrumento de trabalho para as Juntas de Freguesia se relacionarem de uma forma diferente com o Executivo municipal, até porque permitiam que o Executivo, previamente preparado, pudesse ali fazer o ponto da situação sobre assuntos importantes.

----- Portanto, embora passados 12 anos, congratulava-se pela realização desta Sessão.

----- Depois, em nome da sua bancada, solicitou que a intervenção, que percebera que estava escrita, lhes pudesse ser facultada, e o mesmo pedido fazia à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, porquanto esses elementos seriam muito úteis para sedimentar ainda mais a utilidade destas sessões. -----

----- Sobre a questão das fossas ou não fossas, disse que neste momento não havia caixas técnicas! Sabia, porque esteve lá, que neste momento as caixas técnicas eram fossas, e chamava-lhe fossas intencionalmente para chamar a atenção porque as pessoas que ali viviam, e eram muitas, estavam em cima de fossas, fossas essas com um cheiro nauseabundo. Daí a intenção de chamar fossas porque a realidade nua e crua era que as pessoas viviam ali assentes em fossas. Aliás, fossas que estavam a comer os alicerces porque alguns daqueles edifícios começavam a ceder. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que apenas desejava acrescentar um pouco ao que o Deputado Municipal Dias Baptista referira, já que conhecia tão bem a situação do Bairro 2 de Maio quanto ele a conhecia. -----

----- Em relação à informação dada pela Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, disse que já a conheciam porque vinha do mandato anterior todo esse trabalho de preparação e lançamento de empreitadas. -----

----- Por outro lado, no que respeitava à questão do saneamento, também sabiam disso porque a Junta, no mandato anterior, já vinha trabalhando com a Câmara Municipal para, em conjunto com alguns Departamentos, poder fazer uma intervenção de raiz no que dizia respeito ao saneamento e à recuperação das zonas exteriores. Na altura estava a avançar um projecto pela DMAEV, mas esse trabalho não poderia ser feito sem antes se fazer o trabalho relativo ao saneamento, e nesse sentido a DMIS, a DMAEV e o DSH fizeram reuniões no próprio bairro para analisar a situação. No início de 2002 ele próprio oficiara à Câmara, concretamente ao Vice-Presidente Carmona Rodrigues e à Vereadora Helena Lopes da Costa, responsáveis pelas áreas do saneamento e da habitação, dando conhecimento do trabalho que estava a ser feito entre os referidos Departamentos para que pudessem tomar conhecimento dele. Mas havia alguma urgência nesse trabalho e vinha sendo feito de uma forma muito lenta. ---

----- Quanto ao que foi dito pela Vereadora Helena Lopes da Costa, disse que era verdade que os lotes 15 e 16 estavam prontos, os lotes 29 e 30 estavam completos embora com alguns pequenos problemas no interior, e os lotes 31 e 32 não estavam prontos já que as obras estavam paradas desde o verão passado. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que o que tinha ficado combinado era que nesta Sessão seriam formuladas perguntas a que a Câmara responderia e depois haveria pedidos de esclarecimento às respostas da Câmara, e o que acabaram de ouvir foi tudo menos um pedido de esclarecimento. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que quer o pedido de esclarecimento do Deputado Municipal Dias Baptista, quer o pedido de esclarecimento do Deputado Municipal Joaquim Granadeiro, tiveram a ver com a pergunta, por escrito, formulada pelo Partido Socialista sobre o Bairro 2 de Maio. Além disso, o Deputado Municipal

Joaquim Granadeiro aproveitara a oportunidade para dar uma informação à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa que demorara apenas 15 segundos, pelo que lhe parecia que a Sessão estava a decorrer com normalidade dentro daquilo que tinha sido consensualizado na Conferência de Líderes e que o próprio Regimento previa. -----

----- Portanto, não via que tivesse havido qualquer desvio à Ordem de Trabalhos. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que efectivamente não foram só pedidos de esclarecimento, houve também esclarecimentos, mas aproveitava essa generosidade do Sr. Presidente para lhe pedir licença para se ausentar continuando os Senhores Vereadores a responder às perguntas. -----

----- No entanto, em relação ao Bairro 2 de Maio, desejava dar uma nota ao Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda de que esse bairro estava integrado naquele que era o projecto de intervenção do plano do Arqtº Gonçalo Byrn. De facto, como noutros bairros de Lisboa, constataram situações quase irreversíveis, nomeadamente no plano do saneamento as chamadas fossas. Ainda a semana passada no Bairro dos Lóios tiveram que fazer algumas intervenções nessas matérias para desbloquear situações muito complicadas, havia provavelmente edificios que não teriam recuperação a esse nível e tinham que rapidamente prever aquilo que pudesse ser feito para os substituir aumentando as responsabilidades de realojamento da parte da Câmara. Mas o próprio projecto e as propostas do Arqtº Gonçalo Byrn já o previam na versão inicial. -----

----- Disse, depois, que foi ordenada a demolição do edifício nºs 16 a 22 da Rua Alvito e do edifício n.º 7 Rua da Cascalheira, em Alcântara, onde havia uma fábrica cuja demolição tinha sido ordenada e que nos trabalhos de demolição foi identificada uma descoberta histórica com o nome de Baluarte de Alcântara, um dos mais significativos exemplos da arquitectura militar setecentista existentes em Lisboa. Concretamente aquilo que foi descoberto era algo que as pessoas que estudavam essas matérias há muito procuravam, pelo que dera ordem de suspensão dos trabalhos de demolição para estudo e identificação integral do que foi descoberto e que fosse feito o relatório no prazo de 30 dias. Enfim, era uma descoberta importante para o património da cidade, que deveria implicar a suspensão desses trabalhos de demolição. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra para apresentar a pergunta do seu partido, disse que a Freguesia de Alcântara tinha no seu território um conjunto de infra-estruturas ferroviárias, rodoviárias e de outro tipo relacionadas com os transportes públicos, essenciais à estrutura de transportes públicos de Lisboa. Tais infra-estruturas condicionavam toda a vivência dos fregueses de Alcântara e qualquer projecto de desenvolvimento integrado do seu território, pelo que o CDS-PP considerava relevante colocar à Câmara uma questão, baseada nos seguintes considerandos: -----

----- “Considerando a importância do transporte ferroviário no acesso à Cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que o nó ferroviário de Alcântara é um dos mais importantes até pela proximidade do centro da cidade, da linha que chega através da Ponte 25 de Abril e da linha de cintura; -----

----- Considerando, ainda, algumas afirmações da Câmara Municipal de Lisboa que indicam a possibilidade de alteração do local da estação terminal da linha de Cascais; -

----- Considerando, finalmente, a forma como o conjunto de estruturas associadas ao transporte ferroviário condiciona a vida e o desenvolvimento da população da Freguesia de Alcântara, das freguesias adjacentes e da cidade como um todo. -----

----- Solicita-se à Câmara Municipal de Lisboa as informações que tenha por relevantes sobre os projectos existentes, ou em estudo, e os conceitos a desenvolver para o nó ferroviário de Alcântara”. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder à questão colocada, disse que o nó rodo/ferroviário de Alcântara tem constituído para a Câmara um assunto de prioritária importância, face à grandeza da solução que estava desenvolvida. Recordava que lhe tinha sido transmitido pela anterior Administração do Porto de Lisboa a 13ª solução que estava a ser estudada, e do ponto de vista urbanístico e do ponto de vista de impacto visual era de facto uma solução pesada em relação à qual tinha percebido, auscultando diversas sensibilidades e entidades, que não havia assim uma flagrante adesão, antes pelo contrário, àquela solução. E desde há alguns meses um pequeno grupo de trabalho, onde estavam representadas a Refer, a Câmara, o Porto de Lisboa e outras entidades, vinha reunindo com uma certa periodicidade no sentido de estudar e apresentar uma solução alternativa. -----

----- Havia vários contornos ligados à questão do nó rodo/ferroviário, desde logo talvez o primeiro interessado fosse o Porto de Lisboa no sentido de dar escoamento às mercadorias por via ferroviária e rodoviária do porto para a cidade, mas era óbvio que a solução que se viesse a encontrar para ali teria interferências com a linha ferroviária de Cascais, com o Metropolitano devido ao projecto que havia da linha amarela ir até Alcântara, também com a ligação que a CP queria da linha de Cascais até à via de cintura em Campolide, portanto era preciso acautelar uma série de aspectos que tinham interferência muito para além da delimitação geográfica do próprio nome. -----

----- Era nesse sentido que estavam a trabalhar, queriam compatibilizar as várias expectativas minimizando os custos, e lembrava que o custo da última solução apresentada ia acima de 12 milhões de contos, portanto era preciso ter alguma ponderação sobre isso. -----

----- Recordou que um dos aspectos porventura mais negativos da solução que estava equacionada era propriamente fora do nó de Alcântara, numa zona em frente do Parque das Indústrias da Junqueira, em que praticamente desaparecia toda aquela zona ribeirinha entre a Av. de Brasília e o rio, fazendo-se aí um fecho de nove linhas de caminho-de-ferro só porque havia um entendimento que deveria haver ali um fecho de linhas para espera da passagem de mercadorias por via ferroviária. -----

----- Por outro lado, a questão rodoviária prendia-se também com as entradas e saídas daquela zona do porto, tentando garantir que o escoamento das mercadorias se fizesse de uma forma eficaz e tendo também em atenção a sobrecarga que poderia advir da abertura próxima do nó da CRIL, em Algés, e a passagem das mercadorias e das viaturas particulares naquela zona da Av. de Brasília. -----

----- Portanto, estavam nesse grupo de trabalho a desenvolver esforços no sentido de recuperar até algumas ideias antigas que tinham sido preteridas ao longo do processo, mas, obviamente, tendo presente alguma racionalidade na solução que se teria que encontrar, tendo presente que a Câmara, tal como já referiram ao Porto de Lisboa e à Refer, estava interessada numa solução para o nó rodo/ferroviário mas teria que ser uma solução que tentasse compatibilizar as expectativas de outras entidades acautelando os interesses da cidade no que dizia respeito à mobilidade, aos impactes e à qualidade de vida daquela zona ribeirinha. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que a pergunta que o PEV formulava hoje à Câmara, sobre a preservação da Quinta de Santana, em Telheiras, havia sido já objecto duma intervenção na Assembleia Municipal por parte do Sr. Luís Ferreira, membro da Associação dos Residentes de Telheiras, no período de intervenção do público na reunião realizada em 28 de Maio de 2002. -----

----- Nessa mesma reunião foi entregue na Mesa uma petição sobre o assunto, da qual seguira uma cópia para a Câmara Municipal, pelo que o problema, como se via, não era novo. Mas esperavam obter hoje da Câmara novidades sobre essa matéria. -----

----- Como se sabia o Bairro de Telheiras não possuía nenhuma área verde significativa, a maior área verde situava-se junto à PSP e tinha apenas 4.200 m², portanto nem meio hectare quando um parque urbano deveria ter, no mínimo, 2,5 hectares. -----

----- Os espaços verdes públicos de Telheiras correspondiam a cerca de 2% da área total da urbanização, o que perfazia uma capitação de 1,4 m² de espaço verde por morador, sem dúvida muito pouco espaço verde se tivessem em conta os parâmetros de qualidade recomendados para Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, que apontava para valores na ordem dos 10% de áreas verdes e de 10 m² por habitante. -----

----- Apesar desses números e do reflexo que representavam no que dizia respeito à qualidade de vida dos moradores de Telheiras, a EPUL pretendia ainda construir um edifício, de cinco andares não contando com as caves, na esquina da Rua Francisco Gentil com a Rua Eduardo Araújo Coelho. Era verdade que pretendia construir numa tira de terreno que se encontrava classificada no PDM como área consolidada de utilização habitacional, no entanto era necessário ter em conta não só o facto dessa parcela se encontrar localizada junto a um espaço classificado no PDM como Quinta e Jardim Histórico, como também fazia parte do sistema verde/seco da estrutura ecológica urbana da cidade. -----

----- Por outro lado, era também necessário que fosse tido em conta a dimensão dos espaços verdes públicos disponíveis para os moradores de Telheiras, ou seja, como já referira cerca de 2% da área total da urbanização o que significava 1,4 m² de espaço verde por morador. -----

----- Portanto, considerando que nos termos do PDM a componente ambiental urbana deveria prevalecer sobre a classificação de espaço urbano, no entendimento do PEV não deveriam ser admissíveis mais construções naquela zona pois só assim

acreditavam que se pudesse preservar a Quinta de Santana e conseqüentemente não agravar a qualidade de vida por moradores de Telheiras. -----

----- Assim, desejava que a Câmara informasse se pretendia autorizar a construção de mais edifícios naquela zona, nomeadamente no que dizia respeito ao bloco R 4 – 5, ou seja, se estava ou não a ponderar a possibilidade de suspender o projecto. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra para responder à pergunta formulada, disse que se tratava dum loteamento aprovado em Junho de 2002, a Quinta de Santana estava com três classificações, portanto o edifício referido estava num lote abrangido por área de edifícios de utilização colectiva. -----

----- Disse que o que estava aprovado numa área da Quinta de 31.700 m², era uma zona verde de uso público com 17.500 m², uma zona verde de uso privado com 3.400 m², a área edificada com 3.400 m² para além de uma área de equipamentos de uso colectivo ligados a actividades lúdicas e pedagógicas, portanto um pavilhão ligado à floricultura e um pavilhão para utilidades ainda a definir. -----

----- Relativamente à zona verde, disse que dentro de 6 meses começaria a ser feita a requalificação do espaço público e para final de 2004 previa-se a conclusão da reabilitação de todo o núcleo histórico. -----

----- Quanto ao edifício referido, disse que estavam a analisar a questão, o projecto ainda não tinha entrado, o que estava previsto era o que estava no loteamento, sabiam que tinha sido criada alguma polémica em torno disso, mas só poderiam analisar o edifício quando entrar o projecto. -----

----- No entanto, o loteamento cumpria os índices e estava aprovado. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que tinha referido na sua intervenção que a pretensão da EPUL era construir nessa tira de terreno que estava prevista no PDM como área da habitação consolidada de utilização habitacional, e era exactamente por causa disso que perguntara se a Câmara Municipal ponderava suspender o projecto. Aliás, o anterior Executivo tinha assumido que iria suspender a construção desse lote R 4 – 5, e justamente o que pretendia saber agora da Câmara era se estava disposta a suspender esse projecto, e inclusive a ouvir a Associação de Residentes com vista a encontrar outra solução para a localização desse edifício, nomeadamente entre o convento e a Escola Alemã. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que depois da visita feita pelo Sr. Presidente da Câmara e alguns Vereadores a essa zona, a convite da Associação de Residentes de Telheiras, onde pela mesma foi dito que não gostariam que esse edifício fosse construído, era evidente que tinham que ponderar e estavam a ponderar essa questão procurando encontrar uma solução mais equilibrada e mais consensual. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que a sua pergunta tinha a ver com a zona da Baixa, mais precisamente com a zona histórica da cidade que abrangia várias freguesias. -----

----- Referiu, então, que já tinham passado alguns anos sobre o incêndio do Chiado e seria bom que não se esquecessem do que então acontecera para terem consciência

que tal facto se poderia repetir em qualquer altura e em qualquer zona da parte velha da cidade. -----

----- As medidas tomadas no Bairro Alto, em termos de estacionamento, poderiam contribuir, indirectamente, para atenuar esses problemas, pelo que perguntava à Câmara se não estava a pensar proceder a um estudo completo de modo a serem tomadas medidas globais que atenuassem os riscos inerentes a incêndios, designadamente quanto à armazenagem de produtos perigosos e quanto à manutenção dos sótãos dos edifícios. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder à pergunta formulada, disse que antecipando em certa medida os resultados do Plano de Drenagem que estavam a desenvolver, decidiram rapidamente estabelecer na Baixa Pombalina um sistema de motorização permanente tendo em vista não só a observação, em contínuo, dos níveis de água subterrânea na Baixa – possivelmente já para a semana seriam instalados esses piezómetros – mas também a colocação, em certos pontos da Baixa, de marcas de referência topográfica para levantamentos topográficos de precisão que pudessem permitir daqui por diante fazer observações sobre eventuais assentamentos ou deslocamentos de massa do solo. -----

----- Simultaneamente, e tirando partido da instalação dos piezómetros e dos furos para a colocação dessas marcas de referência topográficas, iriam fazer ensaios de penetração dinâmica para avaliar a capacidade de carga do subsolo da Baixa. -----

----- Isto, segundo disse, era uma primeira fase de imediato para avaliação e conhecimento das condições do subsolo da Baixa, que haveria de ser também acompanhada por uma fiscalização das eventuais construções clandestinas que existiam em certas zonas e que não estavam vistoriadas e legalizadas. -----

----- Portanto, era com todo esse trabalho, que se iniciaria dentro de muito curto prazo, que se daria início ao plano de valorização e reabilitação da Baixa, e também queriam avançar para o próprio regulamento da zona da Baixa, que ainda o não tinha, incorporando necessariamente todo o conhecimento que adviria desses trabalhos de campo que iniciariam muito em breve. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para desenvolver a pergunta do seu Grupo Municipal, disse que a pergunta que apresentaram à Mesa tinha a ver com a descentralização para as Juntas de Freguesia. -

----- Lembrava-se que no debate havido há quase um ano na Assembleia Municipal, a propósito da discussão e votação do Orçamento para 2002, quando o Bloco apresentara uma proposta sobre o orçamento participativo, que foi na altura aprovada por unanimidade apesar de até agora continuarem a não ter informações sobre ela, o Sr. Presidente da Câmara, numa intervenção onde referira que se fosse Deputado Municipal votaria a favor dessa proposta, disse que quando foi falar com o Sr. Primeiro-Ministro lhe referira que era a favor da descentralização de poderes e que queria mais poderes para a Câmara, acrescentando depois que quem era a favor disso também teria que ser a favor da descentralização de poderes para os cidadãos, portanto, no caso concreto para os lisboetas. -----

----- Ora, entre a Câmara Municipal de Lisboa e os lisboetas existia um instrumento legal, constitucional, que eram as freguesias. Portanto podia-se descentralizar de várias formas, mas a mais lógica descentralização de poderes da Câmara seria, obviamente, para as freguesias. -----

----- Lembrava-se também que no primeiro mandato do Dr. Jorge Sampaio esse foi um problema programático e muito discutido, chegando-se até a falar numa figura, que julgava não ser institucional mas que queria concentrar uma ideia, que eram as chamadas mini-Câmaras. Ou seja, a desconcentração e a descentralização de alguns serviços da Câmara para alguns agrupamentos de freguesias que conseguissem fazer com que esses serviços camarários estivessem bastante mais próximos dos munícipes.

----- No entanto, no programa eleitoral do Bloco de Esquerda apresentaram uma outra ideia a que chamaram “distritos urbanos”, ou seja, a junção de serviços da Câmara para isso. -----

----- E este tinha a ver com um terceiro problema que era um problema histórico na Assembleia Municipal, e histórico provavelmente com razão, que era a reorganização das próprias freguesias, porque, de facto, para que se pudesse desconcentrar serviços e poderes para as freguesias teriam que conseguir reorganizá-las, matéria para a qual existia uma Comissão na Assembleia Municipal, que tinha pelo menos 10 anos, já chegara a várias conclusões mas que nunca foram postas em prática. -----

----- Esse assunto, aliás, fazia-lhe lembrar uma reunião interessantíssima que tiveram ainda na presidência do saudoso João Amaral, com a Comissão do Parque das Nações que vinha solicitar que passasse a ser uma freguesia, porque quando se deu uma volta pelos líderes dos partidos, que estavam todos presentes, todos disseram que estavam de acordo mas logo também todos acrescentaram, simultaneamente, “mas isso vai ser impossível porque mexer nas freguesias da cidade é complicado”. -----

----- Portanto, a pergunta concreta era o que é que a Câmara, para além dos contratos, previa em termos de autonomia e descentralização de serviços concretos para as freguesias. Serviços e meios, obviamente, já que não se podiam descentralizar obrigações sem os correspondentes meios financeiros, meios materiais e os poderes necessários para as freguesias do ponto de vista dessa descentralização, que o Sr. Presidente da Câmara anunciara há um ano mas que ainda continuavam à espera de ver como se faria. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a Mesa ia fazer uma pequena alteração ao decurso dos trabalhos. O Deputado Municipal Ferreira Pereira esquecera-se de fazer um pedido de esclarecimento à pergunta que havia formulado, pelo que, com o pedido de desculpas ao Deputado Municipal Carlos Marques, dava-lhe a palavra para pedir o tal esclarecimento. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o PPM, por escrito, tinha apresentado duas perguntas à Câmara embora agora apenas se tivesse referido a uma porque era isso que estava acordado. -----

----- Essas perguntas eram sobre a parte velha da cidade: uma sobre aquela que o Sr. Vice-Presidente efectivamente respondera, e outra sobre o perigo dos incêndios na

parte velha da cidade no sentido de saber o que a Câmara pretendia fazer para resolver esse problema, designadamente quanto à armazenagem de produtos perigosos e a manutenção dos sótãos dos edifícios. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que o PPM fez a pergunta que estava consensualizado que podia fazer, o Sr. Vice-Presidente da Câmara cumprira o Regimento escrupulosamente ao responder a essa pergunta, mas certamente a Assembleia não se oporia a que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão e o Sr. Vice-Presidente da Câmara pudessem responder à outra pergunta. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, em interpelação à Mesa, disse que estavam com a pergunta do Bloco de Esquerda e só depois de esgotada essa pergunta se poderia voltar a outra questão. Se assim não fosse voltava depois a repetir a pergunta do Bloco de Esquerda, já que até ao momento não se interromperam perguntas de nenhum outro partido. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que o Deputado Municipal Carlos Marques tinha toda a razão, já tinha-lhe pedido desculpa pelo incidente criado devido ao esquecimento do Deputado Municipal Ferreira Pereira, pelo que pedia à Câmara que respondesse à pergunta colocada pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em representação do Bloco de Esquerda. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra para responder à pergunta do Deputado Municipal Carlos Marques, disse que em termos de gestão urbanística tinha já sido enviado um fax a todas as Juntas de Freguesia e iria haver uma reunião na próxima segunda-feira sobre o atendimento dos municípios nas Juntas de Freguesia. Portanto, ver a possibilidade que tinham em termos informáticos e, enfim, aquilo que se teria que fazer para que esse atendimento técnico pudesse ser feito nas Juntas. -----

----- Depois, respondendo à pergunta do Deputado Municipal Ferreira Pereira, disse que havia duas questões diferentes: por um lado tinha que ser feito o levantamento de todas as situações existentes em Lisboa, já que o que existia tinha a ver com antigas fábricas de pólvora e de fogo de artifício. Portanto, não existia um levantamento sistematizado relativamente a armazenamento, fábricas de tintas ou outros materiais perigosos. Os Gabinetes Locais tinham alguma informação, havia também informação dispersa nos bombeiros, mas sobre armazenagem e fábricas de tintas esse levantamento não estava feito. -----

----- Por outro lado, através do protocolo feito com a Ordem dos Advogados por causa das obras coercivas, que depois do Presidente da Câmara ter feito um despacho para arquivar os que tinham mais de 5 anos ainda sobraram 16.000, esses juristas estavam a acabar de resolver esses processos e neste momento já começaram a ir para as Juntas de Freguesia para se fazer um levantamento, tão rápido quanto possível, dos edifícios que estavam em risco de ruir para serem os primeiros a ser intervencionados.-----

----- Era certo que Lisboa estava em mau estado, tinham que ser tomadas medidas de excepção, teriam que ser rápidos, os juristas estavam a trabalhar no terreno numa tarefa que se calhar não tinha muito a ver com a sua formação, e a Câmara estava também a fazer o levantamento em termos fotográficos para depois se ver se os

proprietários seriam obrigados a construir os edifícios de acordo com aquilo que existia, ou que tipo de projectos e que tipo de edifícios já que também não havia regulamentos que definissem, em termos de enquadramento e em termos de integração arquitectónica, relativamente aos bairros de Lisboa. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder à questão colocada pelo Deputado Municipal Carlos Marques, disse que já levaram duas vezes a Sessão de Câmara a proposta de criação do Conselho Participativo da Cidade, e outras tantas vezes tinha sido retirada por sugestão de colegas da Vereação no sentido de se repensar uma reformulação. Pessoalmente supunha que a proposta estava bastante bem elaborada e era intenção da Câmara tão depressa quanto possível voltar a leva-la a Sessão de Câmara. -----

----- Uma das questões que tinha sido levantada que levava à retirada da proposta para melhor reflexão, foi justamente a representatividade das Juntas de Freguesia nesse órgão. Compartilhava com o Deputado Municipal Carlos Marques as suas reflexões sobre a forma prática e eficaz dessa representatividade num órgão dessa natureza, pois 53 Juntas de Freguesia de âmbito geográfico muito diferente poderia levar que um agrupamento delas em distrito pudesse ser muito mais eficaz. -----

----- Por outro lado, acreditava que fosse difícil nesta fase estar a pôr em cima da mesa uma proposta concreta que merecesse a aceitação de todos, pelo que, apesar de tudo, deveria começar esse Conselho Participativo por contemplar todas e qualquer Junta de Freguesia não pondo de fora nenhuma. Se depois, em sede do Conselho Participativo, houvesse um entendimento para que em termos do funcionamento dos trabalhos pudesse haver um rearranjo com a criação de comissões ou de equipas de trabalho, com certeza seria de atender a essa consideração. -----

----- Disse, depois, que ainda que não fosse o sucedâneo da figura do Provedor do Ambiente, no dia em que viesse à Assembleia Municipal, depois de aprovada pela Câmara, a criação do Conselho Participativo supunha que de alguma forma emanava duma experiência anterior, embora com um âmbito completamente diferente do que foi o Provedor do Ambiente, porque o Provedor do Ambiente, figura criada e aprovada na Assembleia Municipal, nunca tivera o seu epílogo. Ou seja, era um assunto que não estava fechado, e supunha que tinha que se fechar porque não se podia viver na situação de se ter uma figura que foi oficialmente criada e não foi oficialmente fechada. Até pelo respeito pela pessoa que tinha esse cargo deveria ser posta uma pedra sobre o assunto. Mas, como dizia, de alguma forma esse Conselho Consultivo, não sendo sucedâneo, poderia ser uma continuidade de parte do espírito que estivera na base da criação do Provedor do Ambiente. Não só, mas também! -----

----- Sobre a segunda pergunta do Deputado Municipal Ferreira Pereira, disse que não era a pessoa mais indicada para responder em questões de segurança, especialmente segurança contra incêndios, no entanto podia dizer que uma parte importante nessa estratégia seria minimizar os riscos, e minimizar os riscos seria acautelar situações de risco latente que existiam por exemplo no Bairro Alto, em termos de trânsito e acessibilidades. Era uma componente, não era tudo, mas era nesse sentido que trabalhavam em conjunto com as Juntas de Freguesia, os moradores, etc., na

salvaguarda das condições de segurança justamente para o acesso de veículos de emergência e de bombeiros a certas zonas de difícil acesso, e agora estavam a trabalhar noutras zonas como o Castelo, a Mouraria e Alfama. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que desejava que a Câmara esclarecesse se tinha percebido qual era o conceito de descentralização do Bloco de Esquerda. Descentralização não seria propriamente colocar as Juntas de Freguesia como simples secções da Câmara para fazerem uns inquéritos ou para recolherem umas opiniões, porque não era isso. Eram de opinião que Juntas de Freguesia, ou conjuntos de Juntas de Freguesia, poderiam desenvolver políticas concretas que em termos legais estavam atribuídas ao Município. -----

----- Porque havia um problema de escala que era necessário ter em conta. Tinham uma Câmara Municipal que geria cerca de 600.000 pessoas e depois tinham freguesias com poucos milhares, quer dizer, havia ali um “buraco” entre a escala dos 600.000 e a escala dos poucos milhares. Por isso, o Bloco tinha a perspectiva da criação de agrupamentos de Juntas de Freguesia, que poderiam ser contratualizados com a Câmara, para desenvolver políticas mais de acordo com as necessidades concretas da cidade. -----

----- Mas dava um exemplo muito específico que tinha a ver com a política de apoio aos sem-abrigo e também aos toxicodependentes. Pela intervenção da Sra. Vereadora percebia-se que se pretendia construir novo centro de acolhimento na Freguesia do Beato, o Presidente da Junta de Freguesia do Beato já colocara algumas preocupações sobre isso, e, de facto, segundo o relatório do Gabinete de Ecologia Social do LNEC sobre a questão dos sem-abrigo, neste momento tinham a Freguesia do Beato como uma das maiores concentrações de sem-abrigo da cidade quando na realidade não era assim, porque só existia essa concentração devido a existir já um centro de acolhimento com várias centenas de camas. -----

----- Seria possível ou não pedir às outras Juntas de Freguesia que se agrupassem, tomassem medidas concretas e propusessem os seus próprios centros de acolhimento, as suas próprias políticas de apoio aos sem-abrigo? Quem melhor que as Juntas de Freguesia conhecia a problemática dos sem-abrigo que estavam na rua à porta das casas que as pessoas identificavam perfeitamente ao nível de cada freguesia? -----

----- Portanto, isso era possível fazer-se impedindo uma maior segregação da cidade, e era essa perspectiva de descentralização que o Bloco queria colocar na Assembleia e confrontar a Câmara com ela. Era preciso descentralizar, efectivamente, poderes, capacidades, competências e meios para que fossem as freguesias, ou agrupamentos de freguesias, a levarem a cabo políticas que ao nível da compreensão da escala de 600.000 para poucos milhares era necessário de facto tomar medidas para que assim fosse. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que falando-se da necessidade de descentralização e de que todos compreendiam que tendo parceiros geriam melhor a cidade, tendo havido a promessa do Sr. Presidente da

Câmara, na reunião que fizera com os Presidentes de Junta de Freguesia, de que era entendimento seu prosseguir e aprofundar a discussão sobre as competências a delegar nas Juntas de Freguesia bem como os respectivos meios, julgava que hoje teriam uma resposta do Sr. Presidente da Câmara sobre para quando retomar então essa discussão.

----- Já tinham o Plano de Actividades e o Orçamento aprovados para 2003 sem que as freguesias tivessem sido ouvidas ou achadas para o efeito, mas esperavam que hoje o Sr. Presidente da Câmara trouxesse à Assembleia, passado que estava quase um ano, uma proposta para a continuação do aprofundamento da discussão das matérias a delegar nas freguesias. Apesar da carta que enviaram ao Sr. Presidente da Câmara, subscrita por si e pelos Presidentes das Juntas de Freguesia dos Olivais e do Alto do Pina, continuavam à espera. -----

----- Disse, depois, que era seu entendimento que os responsáveis pela gestão da cidade não deveriam decidir e mandar publicar. Para decidir deveriam saber ouvir e aquilo que lhe parecia era que a Câmara esta a decidir sem saber ouvir, já que decidia a colocação de equipamentos e não informava as Juntas de Freguesia, contrariando aí um despacho do próprio Presidente da Câmara, que dizia: “A partir de agora não será feita nenhuma obra importante nem tomada nenhuma decisão importante sem que as Juntas de Freguesia sejam previamente ouvidas e informadas”. -----

----- Mas a verdade era que ainda agora ouviram ali falar, pela primeira vez, da criação dum equipamento na Praça David Leandro, em Marvila, que nem sabia bem para o que era mas dava a impressão que os problemas sociais se verificavam apenas na zona oriental de Lisboa porque já havia dois equipamentos dessa ordem no Beato e agora ia ser construído um outro em Marvila, e, de facto, os problemas da toxicod dependência existiam em toda a cidade, eram de toda a cidade e não apenas da zona oriental de Lisboa. -----

----- Portanto, essa construção teria que ser repensada até porque não lhe parecia que fosse uma política correcta para a cidade decidir-se e mandar-se publicar sem ter em conta quem estava mais perto dos problemas no terreno, que eram as Juntas de Freguesia. -----

----- Sobre o fax que a Sra. Vereadora disse ter mandato para as Juntas a convocá-las para uma reunião na próxima segunda-feira, disse que na sua Junta esse fax ainda não tinha sido recebido mas também gostariam de saber o que iam tratar nessa reunião, se havia alguma ordem de trabalhos para que pudessem ir preparados e a reunião fosse frutuosa. -----

----- Sobre a descentralização, disse que havia a possibilidade das freguesias se associarem através da criação de Associações de Freguesias, mecanismo que era permitido pela Lei 165/99. Essa questão não estava bem aproveitada e as Juntas deveriam pensar bem nela para depois, de uma forma mais organizada, exigirem que a Câmara descentralizasse, como aparentemente era sua intenção, para as freguesias. ---

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que a pergunta do Bloco de Esquerda tinha uma densidade e uma profundidade com características substancialmente diferentes de todas as outras que foram feitas. Nessa questão, se a quiserem debater de forma séria, não se podia

dizer à Câmara que decidisse qual era o modelo de descentralização para as freguesias, “façam-no e digam os *timings* em que deve ser feito”. -----

----- Quanto a si, um processo desta natureza, até pelo que ali foi dito e muito bem, teria que passar forçosamente por uma reorganização de freguesias, porque um dos problemas ali levantados foi sobre a escala que tinham na cidade para poderem fazer transferências ao nível que ali foi posto e não ao nível de algumas competências que vinham sendo faladas. Isso obrigaria, da parte de todos quantos estavam envolvidos nessa matéria, a que desencadeassem e acelerassem um processo, do qual a Câmara faria parte, para ver até onde todos estavam na disponibilidade de ir. -----

----- Sem pretender fazer referências ao passado, tanto quanto percebera esse processo teve há alguns anos atrás um início de discussão e tentativa de debate, e a própria Assembleia Municipal tinha uma Comissão para poder pensar essa questão, porque ela era realmente importante. -----

----- De facto, dava razão ao Bloco de Esquerda porque era fundamental que conseguissem criar na Cidade de Lisboa áreas com massa crítica, com população, com dimensão, em que muitas das tarefas que neste momento cabiam à Câmara pudessem ser delegadas. Agora, não tinha a mais pequena dúvida que não era possível andar com isso sem à partida haver um entendimento alargado entre as forças políticas com assento na Assembleia Municipal, nomeadamente um papel muito claro da parte dos Presidentes de Junta, sobre se a divisão que existia na cidade era a que estava e deveria ser mantida eternamente, ou ela deveria ser alterada. -----

----- Portanto, a Câmara, como elemento participativo, estava na disposição de participar no encontrar de uma solução que fosse na linha daquilo que lhes parecia ter sido avançado pelo Bloco de Esquerda. Mas que não lhes pedissem para impor um modelo completo que mexia com toda a estrutura organizativa da cidade, porque se dizia muito à cidade e aos munícipes não tinha a mínima dúvida que provocava alterações profundas em tudo quanto eram as Juntas de Freguesia actuais, sem haver realmente um empenhamento e uma vontade política de todas essas mesmas Juntas para se produzir esse desiderato. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por aludir à concentração dos sem-abrigo na zona oriental da cidade, dizendo que, se pudessem, na realidade a situação ideal seria ter levantamentos e estruturas, por freguesia, que dessem apoio a esse segmento da população. Só que, infelizmente, isso não era possível! -----

----- Mas também não era verdade que toda essa população estivesse concentrada na zona oriental da cidade, porquanto era certo que também tinham algumas instituições na zona ocidental da cidade. Designadamente, tinham na Rua do Arco do Carvalhão uma instituição que recolhia população sem-abrigo e população toxicodependente, que como sabiam era gerida pelo Ares do Pinhal, e tinham na Rua de Cascais também uma outra instituição que era gerida pela Fonte da Prata. -----

----- A situação problemática da zona do Beato era que, infelizmente, esses centros de pernoita não acolhiam as pessoas durante o dia, portanto não lhes davam qualquer tipo de formação durante o dia, e a Câmara queria exactamente naquela zona – estava

neste momento à procura dum espaço – justamente oferecer um tipo de ocupação diária àquelas pessoas para que não andassem todo o dia na rua. Era isso que a Câmara estava a tentar fazer através de protocolos no âmbito da formação profissional com o objectivo da reinserção desse segmento da população. -----

----- Daí a ideia de se estar a concentrar nessa área para que pudesse haver algum encaminhamento dessa população, porque não podiam permitir que eles continuassem todo o dia na rua. E nesta altura nas estruturas existentes na cidade eles às oito horas da manhã tomavam o pequeno-almoço e saíam para a rua passando aí o dia. -----

----- Por outro lado, o espaço que tinham disponível era naquela zona, mas também não tinham neste momento meios disponíveis para poderem estar a espalhar, em termos de técnicos, de formação, etc. etc., por outros pontos da cidade. A vontade de todos, Assembleia e Câmara, era lá chegar, mas neste momento era aquilo que podiam fazer e pensava que estavam a dar um passo em frente para depois poderem alargar. --

----- **O Senhor Presidente em exercício**, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, preparava-se para dar por concluída a reunião quando o Deputado Municipal António Pereira, do PCP, solicitara a palavra para um protesto invocando que a Sra. Vereadora não tinha respondido nada sobre a reunião de segunda-feira, tendo então respondido que a Mesa vinha sendo generosa nesta questão da pergunta do Bloco de Esquerda, formulada pelo Deputado Municipal Carlos Marques, que versava o tema da descentralização. O Deputado Municipal António Pereira, falando da descentralização falara na toxicodependência, falando da toxicodependência falara num ofício que não foi respondido, falando num ofício que não foi respondido falara num ofício que a Sra. Vereadora tinha mandado a convocar as Juntas de Freguesia. Bem, a Sra. Vereadora disse que convocou as Juntas, esperavam que sim, que tivessem sido convocadas, e convocadas da forma que o Deputado Municipal António Pereira solicitara, ou seja, que tivesse ordem de trabalhos para que soubessem todos, enquanto Presidentes de Junta, aquilo que iam fazer a essa reunião. -----

----- Se era esse o protesto, desde já a Mesa deixava o pedido expresso à Sra. Vereadora no sentido de que, se não foi assim a convocatória, o passasse a ser. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 18 horas e 40 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____.

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----